

08 AGO 2012

FOLHA DE LONDRINA

## Justiça rejeita três mandados contra cassação de Barbosa

# Barbosa sofre três derrotas na Justiça

Defesa de ex-prefeito tentava  
anular sessão da Câmara de  
Vereadores que resultou na  
cassação de seu mandato

**T**rês tentativas do ex-prefeito Barbosa Neto (PDT) de anular a sessão de julgamento da Câmara de Londrina que culminou com a cassação de seu mandato, em 30 de julho, foram negadas pela Justiça da primeira instância. Duas decisões, do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, foram proferidas ontem. A outra, do juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Emil Tomás Gonçalves, tem data de segunda-feira.

Em um dos mandados de segurança, Vieira indeferiu a petição inicial na qual a defesa de Barbosa tentava anular a sessão de julgamento alegando que o vereador Jacks Dias (PT) seria suspeito para participar da votação porque teria recebido propina da empresa Centronic enquanto era secretário de Gestão Pública, na gestão de seu antecessor Nedson Micheletti (2001-2008). Barbosa; "por sua

*Advogada de  
pedetista  
promete  
recorrer*

vez, foi cassado porque teria mantido vigias pagos com dinheiro público - por meio do contrato entre a Centronic e a prefeitura - trabalhando em sua emissora de rádio.

O juiz, no entanto, explicou que as causas de suspeição e impedimento não se aplicam aos julgadores de processos políticos, no caso, aos vereadores. Além disso, ressaltou que "os atos ilícitos imputados ao impetrante (Barbosa) pela Comissão Processante são diversos da acusação que recai sobre a pessoa de Jacks Dias".

No outro mandado de segurança, a defesa do ex-prefeito alega que o procedimento de cassação, baseado na Lei Orgânica do Município e no Código de Ética da Câmara, seria inadequado, uma vez que o julgamento de prefeitos por infração político-administrativa deveria seguir o rito do decreto-lei federal 201/1967, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

**CONTINUA**

# 08 AGO 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

O juiz Marcos Vieira refutou a tese, argumentando que a legislação municipal apenas repete o disposto no decreto federal e, portanto, não haveria ofensa à súmula do STF. O magistrado também lembra que o conteúdo do mandado de segurança é idêntico ao de ação impetrada no dia da sessão de julgamento.

Quanto à terceira tentativa de anular a sessão, na 2ª Vara da Fazenda, a defesa também utilizava a tese de que a Câmara não aplicou o decreto 201/67. O mandado de segurança foi impetrado no mesmo dia da sessão de julgamento, mas como faltou a comprovação do recolhimento de custas judiciais, o processo demorou para ser julgado. O juiz Emil Tomás Gonçalves entendeu que a ação perdeu o objeto quanto à liminar para a suspensão da sessão, mas pode continuar a tramitar quanto ao pedido de nulidade do processo de julgamento.

Porém, para o magistrado, não há razão para conceder liminar quanto à nulidade. "Diante da ausência objetiva da comprovação objetiva do perigo da demora não se vislumbra a possibilidade de concessão da liminar."

A advogada Dayane Medeiros estava em trânsito ontem à tarde e, devido à má qualidade da ligação, não foi possível conversar sobre cada decisão. Ela disse apenas que irá recorrer. Dois recursos de Barbosa ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná contra decisões de primeira instância já tiveram liminares indeferidas. A defesa apresentou outros dois recursos (chamados de embargos de declaração) contra essas decisões do TJ.

08 AGO 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Presídio vai abrigar homens que cometeram crimes contra mulher

**Curitiba** - O Paraná terá uma unidade exclusiva para o encarceramento de homens que cometeram crimes contra a mulher. Para isso, a Casa de Custódia de Curitiba (CCC) passará por uma transformação e todos os 420 presos atualmente no local serão distribuídos em outros estabelecimentos penais da região da capital.

O decreto que determina esta mudança foi assinado ontem pelo governador Beto Richa, no Palácio Iguazu. Com esta alteração, o objetivo do governo é tirar o Paraná da posição de terceiro Estado com maior número de casos de violência contra a população feminina. Ao todo, estão no sistema penitenciário paranaense 928 homens presos por crime contra a mulher. Destes, 531 foram condenados por estupro e 397 por atentado violento ao pudor.

O documento foi assinado na data em que a Lei Maria da Penha completa seis anos. A transferência seguirá, preferencialmente, a seguinte ordem: crimes contra a dignidade sexual, crimes praticados contra a pessoa e crimes praticados com grave ameaça ou violência.

***Casa de Custódia de Curitiba tem capacidade para 420 detentos***

Para a secretária da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, a medida possibilitará um trabalho mais efetivo para se compreender o fenômeno da violência contra a mulher, permitindo a adoção de medidas mais efetivas e direcionadas à prevenção e repressão de tais crimes.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

08 AGO 2012

### **Escândalo em São Miguel do Iguçu**

O Ministério Público do Paraná propôs uma ação civil pública contra nove vereadores e 11 funcionários da Câmara de São Miguel do Iguçu (Oeste). De acordo com o promotor de Justiça Eduardo Labruna Daiha, os vereadores receberam vantagens indevidas no pagamento de diárias para viagens a cidades do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. As viagens foram determinadas pelo presidente do Legislativo local, Antônio Dilmar Tonis Mafalda, aos seguintes vereadores: Agenor Perón Dorigon, Francisco Machado Mota, Nilton Wernke, Nacleto Três, Jairo dos Anjos, Giovani Amboni, Inésio Siviero e Sergio Roberto Ghellere.

## **MAZZA**

### **Resistente**

A decisão judicial que reconheceu o direito de Barbosa Neto permanecer como candidato bota Londrina no risco de reprisar incidentes da eleição anterior, mas pode transformar a sua cassação na arma-chave para ganhar votos na área popular que sempre explorou. Pode até não levar se ganhar, todavia terá a vantagem do vitimismo, velha deformação brasileira, a seu favor. Como se dá agora com os réus do mensalão transformados em anjos de procissão no papo dos seus advogados.

## **CLÁUDIO HUMBERTO**

### **Condenada e sem direitos políticos, Marta recorre**

O Tribunal de Justiça de São Paulo julga na próxima semana o recurso da senadora Marta Suplicy (PT-SP) e do empresário Valdemir Garreta, seu ex-secretário de Comunicação na prefeitura paulistana. A dupla foi condenada por improbidade administrativa e teve seus direitos políticos suspensos por três anos. Ex-secretário de Marta, Garreta é hoje sócio de três empresas de comunicação e de uma de negócios imobiliários.

### **Devolução**

O Ministério Público também recorre: quer de volta R\$ 148,2 milhões gastos em promoção pessoal de Marta, em ônibus e veículos oficiais.

### **Propina**

Em outra ação, o Ministério Público acusa Valdemir Garreta de receber quase R\$ 800 mil em propinas de fornecedores de merenda escolar.

### **Sigilos quebrados**

Em dezembro passado, o Tribunal de Justiça de São Paulo chegou a determinar a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Valdemir Garreta.

# FOLHA DE LONDRINA

# MP acusa TIM

# de derrubar

# ligações 08 AGO 2012

**Operadora estaria interrompendo chamadas cuja cobrança independe do tempo de duração**

**Curitiba** - Um relatório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), utilizado como base em uma ação do Ministério Público do Paraná (MP-PR) contra a TIM, mostra que há indícios de que a operadora derruba de propósito as ligações de usuários do Plano Infinity, no qual é cobrada uma taxa única pela ligação. De acordo com o relatório, em apenas um dia, mais de um milhão de clientes da operadora no Paraná foram afetados. E isso teria levado a TIM a faturar cerca de R\$ 500 mil.

A agência monitorou todas as ligações e comparou as quedas em linhas de usuários Infinity e de outros planos da TIM. No primeiro caso, houve quatro vezes mais quedas que nos demais. O superintendente de Serviços Privados da Anatel, Bruno Ramos, afirmou haver indícios de derrubada proposital no Infinity.

O relatório, feito entre março e maio, foi entregue ao Ministério Público do Paraná. "Sob os pontos de vista técnico e lógico, não existe explicação para a assimetria da taxa de crescimento de desligamentos (que-

das de ligações) entre duas modalidades de planos", diz o documento.

O relatório aponta que, no dia 8 de março deste ano, a operadora derrubou 8,1 milhões de ligações, o que gerou faturamento extra de R\$ 4,3 milhões no Brasil. Durante as investigações, a TIM relatou ao MP que a instabilidade de sinal era "pontual" e "momentânea". Ontem, a operadora negou, através de nota, que eventuais quedas de chamadas sejam propositais.

Com base no documento, o MP pede no processo a proibição de vendas de novos chips pela TIM no Estado. Também requer o ressarcimento de consumidores do plano Infinity por gastos indevidos e o pagamento, pela empresa, de indenização por dano moral coletivo. Até o final da tarde de ontem, a Justiça não havia se pronunciado sobre a ação do MP.

A Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Paraná (AL) também entrou com ação pedindo a suspensão das vendas. Neste processo, a juíza federal substituta, Giovanna Mayer, concedeu um prazo de 10 dias para que o deputado Leonaído

Paranhos, presidente da comissão, explique os fundamentos jurídicos do pedido.

As operadoras Claro, Oi e Vivo também serão alvo de um pedido de investigação da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba. No entanto, segundo a procuradoria, não é possível afirmar que estas operadoras derrubavam ligações. O MP quer saber se elas estão cumprindo os padrões de qualidade estabelecidos pela agência reguladora. As três empresas e a Anatel serão oficiadas, para prestar informações à promotoria. Ainda não há prazo para a conclusão do inquérito.

## **Banda larga**

O presidente da Anatel, João Rezende, afirmou ontem que o órgão pretende iniciar em novembro uma fiscalização para acompanhar os problemas nos planos de internet fixa e móvel. Segundo ele, 12,5 mil equipamentos de medição vão analisar a velocidade dos planos de banda larga que as operadoras ofertam aos usuários. Rezende participou de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara.

# 08 AGO 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### TJ-SP libera 1,5 mil depósitos judiciais de precatórios este ano

Entre janeiro e julho deste ano, o Tribunal de Justiça de São Paulo computou 1.478 depósitos judiciais referentes a pagamentos de precatórios. Isso quer dizer que, nesse período, esse tipo de processo movimentou R\$ 169 milhões referentes a 11.354 beneficiários.

Durante os três primeiros dias de agosto, o TJ liberou 121 depósitos em precatórios, referentes a 851

beneficiários. Ao todo, em agosto, foram depositados R\$ 13 milhões.

Os dados são do Departamento de Precatórios do TJ-SP, o Depre, e foram apresentados nesta segunda-feira (6/8) pelo presidente do tribunal, desembargador Ivan Sartori. Ele esteve ao lado da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, para anunciar o início de inspeção de rotina do CNJ no tribunal.

Precatórios é tema de preocupação especial da ministra Eliana, e é alvo já da primeira etapa da inspeção, que começa nesta segunda e acaba nesta sexta-feira (10/8). É também um dos temas de preocupação de Ivan Sartori. Ele também mostrou dados do mutirão dos precatórios, que o TJ organizou em abril. Foram 7.180 depósitos liberados para 52.906 beneficiários. Um total de R\$ 769 milhões.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## CNJ e TJSP

### se unem pela melhoria do

# Judiciário, 08 AGO 2012

## afirma Ministra Eliana Calmon

A Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, afirmou que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) trabalham em conjunto para o aprimoramento do Judiciário brasileiro. “Estamos todos unidos em torno da melhoria da Justiça. Temos hoje um tribunal aberto, que dá o primeiro passo para a modernização e a transparência, mostrando o que existe na administração”, afirmou a ministra ao abrir a inspeção.

Para a corregedora, a inspeção no TJSP – 25ª realizada pela Corregedoria Nacional – é simbólica, por se tratar do maior tribunal do País, em que estão concentrados 23 milhões de processos. “Administramos para nossos jurisdicionados, é para eles que devemos prestar contas. Se a Justiça de São Paulo não for bem, podemos dizer que o Judiciário brasileiro não vai bem, por isso nosso interesse em contribuir com seu aprimoramento”, frisou a ministra.

Até o final desta semana, uma equipe de juízes auxiliares e servidores da Corregedoria Nacional vai inspecionar as folhas de pagamento do TJSP e os contratos administrativos. Além disso, também serão inspecionados o setor de precatórios e o dos processos administrativos disciplinares, entre outros

setores. Segundo a corregedora, esta é a primeira de três etapas de inspeção. As próximas serão conduzidas pelo seu sucessor na Corregedoria Nacional de Justiça, Ministro Francisco Falcão, que assume o cargo no início de setembro. “Vamos examinar as coisas que estão certas e erradas; como não terei tempo de fazer tudo, começarei pelas folhas de pagamento e pelos precatórios”, destacou a ministra.

Ela explicou que os trabalhos vão partir dos dados fornecidos pelo TJSP, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não julgou o mandado de segurança que resultou na suspensão da análise iniciada no final do ano passado com base em dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

08 AGO 2012

## Marco Aurélio se posiciona contra HC substitutivo

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, posicionou-se contra o recebimento de Habeas Corpus substitutivo do Recurso Ordinário. Segundo o ministro, as ações não têm previsão legal e estão lotando gabinetes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça que receberam, respectivamente, no primeiro semestre de 2012, 2.181 e 16.372 HCs.

Em voto contrário ao HC 108.715, o ministro afirma que se tornou “cômodo” a partes e advogados não interpor o Recurso Ordinário quando se pode, “a qualquer momento e considerado o estágio do processo-crime, buscar-se infirmar decisão há muito proferida, mediante o denominado Habeas Corpus substitutivo, alcançando-se, com isso, a passagem do tempo, a desaguar, por vezes, na prescrição”.

Marco Aurélio diz que o HC substitutivo não está abrangido pelo inciso LXVIII do artigo 5º da Constituição, que prevê o uso da ação “sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. Isso porque os artigos 102 e 105 da própria Constituição prevêem o Recurso Ordinário para o Supremo, contra decisão proferida por tribunal superior,

e para o Superior Tribunal de Justiça, contra ato de Tribunal Regional Federal e de Tribunal de Justiça.

O ministro afirma que o HC substitutivo de Recurso Ordinário passou a ser aceito pelo STF “em época na qual não havia a sobrecarga de processos hoje notada — praticamente inviabilizando, em tempo hábil, a jurisdição”. Marco Aurélio lembra, inclusive, que há dois anos, propôs a edição de uma súmula para dar fim ao problema, mas diz ter esbarrado na ausência de precedentes. O uso de Habeas Corpus substitutivo de Recurso Ordinário, na visão de Marco Aurélio, “já mitigou a importância do Habeas Corpus e emperrou a máquina judiciária, sendo prejudicados os cidadãos em geral, a cidadania”. Ele diz ser rara a sessão em que não se examina impetração voltada contra a demora na apreciação de idêntica medida pelo Superior Tribunal de Justiça.

Em entrevista, Marco Aurélio explicou que “a defesa deixa transitar em julgado a decisão do STJ indeferindo a ordem e quando a coisa aperta lá embaixo, no processo crime, vem a qualquer tempo ao Supremo, esvaziando a previsão constitucional de cabimento do Recurso Ordinário, porque o Habeas não está sujeito ao pressuposto da oportunidade”.

## CNJ mantém suspensão de promoções no TJRS

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirmou liminar concedida pelo Conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira que suspendeu a promoção de juízes ao cargo de desembargador do TJRS. A decisão foi adotada pelos conselheiros na 151ª sessão ordinária, na última semana, após avaliação dos autos do PCA n. 449597.

Para o Conselheiro Jorge Hélio, há indícios de ofensa à Constituição no fato de o TJRS ter estabelecido uma “margem de segurança” na pontuação para escolha do magistrado a ser promovido. Além disso, os critérios permitiam ao presidente do TJRS a escolha discricionária do nome da lista triplíce. O processo de escolha privilegiou os juízes mais antigos, embora a promoção fosse por merecimento. “Parece claro que se estabeleceu um verdadeiro sistema redundante de proteção dos magistrados mais antigos para fins de promoção por merecimento”, disse o conselheiro.



# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Disque 180  
recebeu mais  
de 329 mil  
denúncias  
em seis anos

08 AGO 2012

No dia em que a Lei Maria da Penha completa seis anos de existência, o Disque 180 registrou 2,7 milhões de atendimentos de 2006 a 2012. Desse total, 329,5 mil (14%) eram relatos de violência contra a mulher enquadrados na lei. A maioria (60%) foi pedidos de informação. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, responsável pelo disque-denúncia, divulgados ontem na abertura do Encontro Nacional sobre o Papel das Delegacias no Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

No primeiro semestre de 2012, foram registrados 388,9 mil atendimentos, dos quais 56,6% (47,5 mil) foram relatos de violência física. A violência psicológica aparece em 27,2% (12,9 mil) dos registros no período. Foram 5,7 mil chamadas relacionadas à violência moral (12%), 915 sexual (2%) e 750 patrimonial (1%). Os dados revelam ainda que em 66% dos casos os filhos presenciaram as agressões contra as mães.

Os companheiros e cônjuges continuam sendo os principais agressores (70% das denúncias neste ano). Se forem considerados outros tipos de relacionamento afetivo (ex-marido, ex-namorado e ex-companheiro), o percentual sobe para 89%. Os parentes, vizinhos, amigos e desconhecidos aparecem como agressores em 11%.

Das unidades federativas, o Distrito Federal registrou o maior número de denúncias de violência contra a mulher no primeiro semestre do ano - 625 para cada 100 mil mulheres - seguido pelo Pará (515) e pela Bahia (512). Os que menos receberam ligações, no mesmo período, foram Amazonas (93), Santa Catarina (156) e Rondônia (173).

# 08 AGO 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Instituto de Direito será lançado em Curitiba

O Instituto Professor Luiz Alberto Machado é uma homenagem a um dos mais renomados juristas do Brasil e do exterior. A instituição tem a proposta de promover discussões sobre o Direito com a realização de palestras ministradas por doutores na área, bem como perpetuar os ensinamentos de Luiz Alberto Machado, que é Doutor em Direito, Professor e autor de diversos livros.

A criação da entidade filantrópica foi idealizada por sua família, com o objetivo de homenagear sua carreira profissional. O projeto contou com o apoio de juristas de

todo o país e do exterior, empresários e políticos, que consagram a vasta obra de Machado e desejam mantê-lo ainda mais presente. A instituição é composta por um Conselho Científico, tendo como seus diretores o Professor Doutor Ivan Guérios Curi e o Professor Doutor Eroulths Cortiano Junior.

O lançamento do instituto acontecerá no dia 16 de agosto com a participação de um dos mais renomados constitucionalistas do mundo, o Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, Catedrático Jubilado da Universidade

de Coimbra, em Portugal. O Professor realizará uma Aula Magna para 100 convidados, no Hotel Pestana. Também faz parte dos atos de instalação do Instituto o evento de lançamento, nesta mesma data, no Graciosa Country Club.

O Instituto terá uma sede própria, onde serão realizadas conferências, seminários, cursos, mesas redondas e outros eventos. Um dos destaques será a biblioteca, concebida com avançado sistema para consulta de títulos e composta por um vasto acervo, com livros, artigos e revistas especializadas.

### MP-PR aciona TIM Celular

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba propôs ontem ação coletiva de consumo contra a TIM Celular S.A. Na ação, os promotores de Justiça Maximiliano Ribeiro Deliberador e Michele Rocio Maia Zardo requerem à Justiça que determine à operadora dar imediato cumprimento às seis metas de qualidade nas quais Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) apontou irregularidades (chamadas de SMP1, SMP3, SMP4, SMP5, SMP7 e SMP10), bem como que a TIM proíba a venda de novos contratos no Paraná, enquanto tais metas não foram respeitadas, sob pena de

multa diária não inferior a R\$ 500.000,00.

A Promotoria pede ainda que a TIM seja condenada a indenizar todos os consumidores de plano Infinity pelos prejuízos que sofreram desde seu lançamento, em março de 2009, com a devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente pela operadora. Por fim, houve pedido de dano moral coletivo, por todos os inconvenientes causados aos consumidores paranaenses.

Segundo a Promotoria, de acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) - extraídos de relatório de fiscalização que instrui a ação - apenas num único dia (08/03/2012),

um total de 8.179.142 usuários foram afetados, em todo Brasil, por desligamentos provocados pela rede da prestadora. E deste total, foram gastos pelos usuários, R\$ 4.327.800,50, num único dia, por serviços não prestados na sua totalidade, pela operadora.

A ação tem como base dados coletados em fiscalizações da Anatel. De acordo com a Promotoria, o inquérito foi aberto em maio, "em razão dos frequentes problemas relacionados à má qualidade dos diversos serviços prestados, especialmente no que diz respeito à falha e ausência de sinal" e também à queda da comunicação nas chamadas no plano Infinity.

08 AGO 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Termina hoje prazo para solicitar segunda via do título de eleitor

Os eleitores têm até hoje para requerer a segunda via do título em qualquer cartório eleitoral do país. Ao fazer a solicitação, o cidadão deve informar o local onde pretende receber o documento. As eleições municipais ocorrerão nos dias 7 e 28 de outubro – primeiro e segundo turnos respectivamente – em mais de 5,5 mil municípios brasileiros.

Para obter a segunda via, o eleitor deve se dirigir à zona eleitoral na qual está inscrito ou à Unidade de Atendimento ao Eleitor dos tribunais regionais eleitorais. Se estiver fora do seu domicílio eleitoral, poderá requerer a segunda via ao juiz da zona eleitoral na qual está inscrito.

O interessado em obter a segunda via deve procurar a zona eleitoral com a carteira de identidade ou o documento emitido pelos órgãos profissionais. Se não tiver o documento, pode apresentar as certidões de nascimento ou casamento.

Pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há 15.351 candidatos a prefeito, 15.491 a vice-prefeito e 442.179 a vereador em todo país. Em 81 municípios, com mais de 200 mil eleitores, pode haver segundo turno no dia 28 de outubro.

08 AGO 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Presídio exclusivo vai abrigar homens que cometeram crimes contra mulheres

## 1 Serão transferidos 420 presos para a Casa de Custódia de Curitiba

O governador Beto Richa assinou ontem (7), no Palácio Iguazu, um decreto que transforma a Casa de Custódia de Curitiba (CCC) em unidade exclusiva para o encarceramento de homens que cometeram crimes contra a mulher. Com a medida, serão transferidos 420 presos atualmente encarcerados em outros estabelecimentos penais da região da capital. A transferência seguirá, preferencialmente, a seguinte ordem: crimes

contra a dignidade sexual, crimes praticados contra a pessoa e crimes praticados com grave ameaça ou violência. O

objetivo do governo é tirar o Paraná da posição de terceiro estado com maior número de casos de violência contra a população

feminina. Ao todo, estão no sistema penitenciário paranaense 928 homens presos por crime contra a mulher. Destes, 531 foram condenados por estupro e 397 por atentado violento ao pudor.

O governador destacou o compromisso do governo com a ressocialização dos detentos e melhoria nas condições físicas dos presídios. Para isso, serão investidos R\$ 160 milhões na construção e reforma de novas unidades prisionais.



Decreto foi assinado pelo governador Beto Richa, no Palácio Iguazu

08 AGO 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Aprovada obrigatoriedade de diploma para Jornalismo**

Senadores aprovaram na noite de ontem (7), a obrigatoriedade do diploma para o exercício do Jornalismo. A discussão foi em segundo turno. A PEC - Proposta de Emenda Constitucional - vai agora a análise da Câmara de Deputados. A polêmica é antiga e dura anos no Congresso Nacional, entre idas e vindas. Em junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) revogou a obrigatoriedade do diploma e, desde então, sindicatos de jornalistas de todo o país e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), têm se mobilizado para que a obrigatoriedade seja restituída. A aprovação da PEC que restitui o diploma, em primeiro turno, aconteceu em novembro de 2011. A PEC foi apresentada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e determina que o exercício do Jornalismo só deve ser aprovado por quem tem diploma de curso superior de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, reconhecido pelo MEC - Ministério da Educação.

08 AGO 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Mensalão: sério risco de anulação

LUIZ FLÁVIO GOMES

O julgamento do mensalão começou com duas pedras (jurídicas) no seu caminho: impedimento ou suspeição do ministro Dias Toffoli e separação do julgamento.

No plano estritamente jurídico e longe de qualquer “partidarização” do assunto, restam, ainda, dois outros grandes questionamentos técnicos: o ministro relator —no caso, Joaquim Barbosa—, depois de presidir a fase de investigação, por força do regimento interno do STF, pode ser ao mesmo tempo investigador dos fatos e juiz do processo?

O recebimento da denúncia, por ele, foi uma mera decisão formal ou um veredito “de fundo” (de mérito)? Que diz a jurisprudência da Corte Interamericana sobre tudo isso?

Quanto à suspeição de Dias Toffoli, o principal interessado nessa alegação seria o Procurador-Geral da República, que nada requereu. Logo, o tema ficou reservado à esfera íntima (ética) do próprio ministro.

No que diz respeito à separação do julgamento, pela primeira vez de forma exaustiva o STF enfrentou a questão do julgamento conjunto de pessoas que gozam do antirrepúblicano privilégio burguês do foro especial com outros sem esse direito.

O pano de fundo da separação ou não do processo diz respeito, como levantou o ex-ministro Thomaz Bastos, ao direito de todos os réus (pe-lo menos dos que não têm foro especial) ao duplo grau de jurisdição, que é o direito a um duplo julgamento fático e jurídico, por juízes distintos, em caso de condenação criminal. Trata-se de direito expressamente previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos.

Por nove votos a dois, a tese foi corretamente refutada. Quem bem enfocou a questão foi o ministro Celso de Mello, que se valeu da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que excepciona o direito ao duplo grau no caso de competência originária da corte máxima do país. Em eventual reclamação para a citada corte, portanto, a chance de sucesso da defesa, neste ponto, é praticamente nula.

**O relator aprecia interceptações telefônicas e quebras de sigilo.**

**Assim, Barbosa foi investigador e é juiz do caso. A jurisprudência internacional não permite isso**

A mesma coisa não se pode dizer em relação à garantia do julgamento por juiz imparcial.

Atraso cultural, autoritarismo tradicional, democracia incipiente e desrespeito ao direito e à jurisprudência internacionais explicariam a regra do regimento interno do STF (art. 230) que determina ser relator do processo o mesmo ministro que investiga o crime na fase preliminar.

Todos os atos investigatórios ou cautelares, posteriores ao recebimento do inquérito —como requerimento de prisão, busca e apreensão, quebra de sigilo telefônico, bancário, fiscal e telemático, interceptação telefônica, além de outras medidas invasivas— são processados e apreciados, em autos apartados, pelo relator. Sob sigilo, sublinhe-se.

É evidente que esse vínculo psicológico do relator com as diligências investigativas o aproxima da posição do inquisidor, afetando profundamente o que existe de mais sagrado na figura do juiz, a imparcialidade.

Barbosa conduziu toda essa fase preliminar e foi se envolvendo paulatina e psicologicamente com ela, o que seguramente explica o seu enfático e midiático voto pelo recebimento da denúncia. Nessa altura dos acontecimentos, certamente não vai se afastar do processo, mesmo porque, se for coerente com tudo que ele já escreveu e falou publicamente, será o mais implacável algoz de todos ou de muitos dos réus.

O grave problema técnico e jurídico do autoritário regimento é que quem investiga o crime não pode ao mesmo tempo ser juiz do processo.

Quem diz isso? A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, especialmente no caso Las Palmeras contra Colômbia.

Viola a garantia do juiz imparcial o magistrado que cumpre o duplo papel de “parte” (investigador) e de juiz. Com base nesse argumento, a chance de uma eventual anulação de toda condenação é muito grande.

A despótica determinação regimental, secundada pela jurisprudência do próprio STF, está ultrapassada e contraria frontalmente o direito internacional, ainda muito negligenciado pela vivência jurídica nacional.

De outro lado, há defensor afirmando que Barbosa, no momento em que recebeu a denúncia (contra todos os 38 réus), precisamente em razão da sua vinculação psicológica com a fase inquisitorial, não preferiria uma decisão puramente formal, como deveria. Acabou praticamente julgando o mérito do caso. E quem assim procede não pode, depois, ser juiz do processo (caso Herrera Ulloa contra Costa Rica, Corte Interamericana de Direitos Humanos).

A novela do mensalão, como se vê, ainda vai se desenrolar por muitos anos mais, porque ela tende a chegar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

LUIZ FLÁVIO GOMES, 54, doutor em direito penal, fundou a rede de ensino LFG. Foi promotor de justiça (de 1980 a 1983), juiz (1983 a 1998) e advogado (1999 a 2001)

# FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

## Derrapadas do MP

08 AGO 2012

BRASÍLIA - É impossível prever os veredictos do Supremo Tribunal Federal para os 38 réus do mensalão, mas vai ficando claro nos bastidores da corte que pode haver mais condenações do que absolvições entre os acusados ilustres.

Se for condenado o réu mais famoso e midiático, José Dirceu, será relegado a um segundo plano o trabalho defeituoso do Ministério Público durante o atual processo.

Os procuradores da República têm sido incensados nas últimas décadas. Suas ações produzem um efeito profilático. O saldo tem sido muito mais positivo que negativo. Só que a instituição não se moderniza na mesma proporção do poder recebido pós-Constituição de 1988.

Já há algum tempo é possível notar em parte do MP uma certa falta de destreza combinada com, é duro dizer, preguiça na hora de conduzir determinadas investigações. Todos sabem que o ex-presidente Fernando Collor se salvou na Justiça beneficiado pela inépcia da denúncia apresentada contra ele.

Agora, constata-se, a denúncia do mensalão está cheia de buracos. Não aparece ali uma compilação do conteúdo e do número de e-mails trocados por José Dirceu e por suas secretárias e assessores com personagens como Delúbio Soares e Marcos Valério. Por que essa estatística não consta peça da acusatória? Porque até onde se saiba nunca houve pedido de quebra de sigilo telemático — nome técnico dado à troca de mensagens via internet.

É uma pena que os procuradores tenham se baseado, no caso de alguns réus, só em depoimentos. No século 21, há inúmeros recursos disponíveis para conduzir boas investigações. Mas exigem menos retórica e muito mais trabalho duro.

★

Último registro. Executivo, Legislativo e Judiciário divulgam seus salários. O Ministério Público continua mudo e não abre os seus dados.

08 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Voto de Peluso dependerá do tempo gasto pelo relator

Ministros acham que Barbosa poderia usar só 2 das 4 sessões reservadas a ele

**Colegas defendem a convocação de sessões extras para impedir que Peluso se aposente antes de declarar voto**

FELIPE SELIGMAN  
VALDO CRUZ  
DE BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) conta com um voto não muito longo do relator Joaquim Barbosa para evitar que o colega Cezar Peluso se aposente compulsoriamente sem votar no julgamento da ação penal do mensalão.

A expectativa de alguns ministros é que o relator gaste a metade do tempo disponível para pronunciamento de seu voto —duas das quatro sessões reservadas a ele— para assegurar a presença de Peluso na fase de votação.

Além disso, existe também a possibilidade de o Supremo ganhar tempo na fase atual, de defesa dos advogados, já que alguns deles devem gastar menos do que uma hora

para defender seus clientes.

Até o fim da semana, os ministros devem checar se a votação terá início no dia 15. Se houver novos atrasos, eles buscarão uma maioria entre os colegas a fim de alterar o calendário do julgamento para permitir a participação de Peluso, que será obrigado a se aposentar quando completar 70 anos em 3 de setembro.

O atraso no primeiro dia do julgamento levou vários ministros a defender reservadamente a convocação de sessões extras para inviabilizar a estratégia da defesa de tirar Peluso (tido como voto contra os réus) do julgamento.

Logo no início, uma questão de ordem do Márcio Thomaz Bastos atrasou o julgamento em um dia. Se Joaquim Barbosa cortar seu tempo pela metade, a expectativa de ministros é que Ricardo Lewandowski se sinta constrangido e também não use todo seu tempo.

Poderiam restar mais quatro sessões para os demais ministros votarem antes da aposentadoria do colega.

**Saída de Cármen Lúcia provoca críticas da defesa**

A saída inesperada da ministra Cármen Lúcia do plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) no meio do quarto dia do julgamento do mensalão gerou uma rebelião dos advogados dos réus.

Por volta das 17h, quando ainda restavam duas defesas orais, Cármen anunciou que tinha compromisso no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), do qual é presidente, mas prometeu assistir na manhã de hoje ao vídeo das defesas.

Em nome dos advogados, o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, que defende Kátia Rabello, pediu ao presidente do STF, Ayres Britto, que suspendesse a sessão, pois isso poderia atingir o direito da defesa: “Eu quero falar para o plenário e não gostaria de perder a presença de uma ministra do nível dela”.

Antes de fazer o pedido, Dias disse que havia risco de precedente: “Todos os ministros poderiam dizer: ‘deixa que eu vou estudar o processo em casa’. Isso não existe. Para isso existe o plenário”.

O advogado Márcio Thomaz Bastos telefonou ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcanti, e pediu uma intervenção. Ele disse que o “regimento interno” do STF não permitia a ausência de ministros nas sustentações orais das defesas. Ophir ligou para a Secretaria do STF, que encaminhou protesto a Ayres.

O presidente do STF submeteu o pedido a votação, e a questão de ordem foi recusada por dez votos a zero.



# FOLHA DE S. PAULO

96 contraponto

08 AGO 2012

## O sono dos justos

A cena dos ministros Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa quase dormindo no julgamento do mensalão é comum na história recente do STF. Paulo Brossard e Maurício Corrêa, que morreu em fevereiro deste ano, eram recorrentemente flagrados em longos cochilos.

No cafezinho, um ex-presidente da Corte lembrou de ocasião em que Brossard cochilava bem na hora do voto.

—Perguntei, ao microfone, como ele votaria.

Com a abordagem em voz alta, o ministro acordou, um pouco atônito e assustado, e respondeu, sem titubear:

—Voto com o relator!

## MONICA BERGAMO

### TRAVESSEIRO

E um ministro do STF justifica a foto em que os colegas Joaquim Barbosa e Gilmar Mendes aparecem dormindo bem no meio da exposição dos advogados dos réus do mensalão. “Já lemos centenas de documentos e ouvimos aquelas alegações centenas de vezes.” Segundo o mesmo magistrado, a maioria deles já têm pronto o “esqueleto” de seu voto.

## PAINEL

**Tréplica 1** Interlocutores de Roberto Gurgel dizem que ele não se abala ante o revezamento de advogados alegando ausência de provas na acusação. “Nenhum ministro se impressiona com isso”, garante um procurador.

**Tréplica 2** O Ministério Público considera irrelevante a questão do crime antecedente para provar existência da quadrilha. “Em crimes de corrupção isso não é importante”, diz aliado de Gurgel.

# FOLHA DE S. PAULO

## A carnavalização do juízo

**ELIO GASPARI**

No julgamento do mensalão, foi-se do ritual ao espetáculo e dele a um arriscado carnaval de agosto

**08 AGO 2012**

*QUEREM CARNAVALIZAR o julgamento do mensalão. O procurador-geral, Roberto Gurgel, viu-se acusado de “desonestidade intelectual” pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro (pode me chamar de Kakay) numa peça de oratória produzida no piano-bar do restaurante Piantella. Na noite de segunda-feira, o advogado do comissário José Genoino pediu ao pianista que tocasse o tema de “O Poderoso Chefão”.*

*Noutro pretório noturno, o bar do hotel Naoum, advogados de defesa dos 38 réus organizaram uma espécie de “bolão”. Como votará a ministra Cármen Lúcia? “Essa condena até Papai Noel.” Marco Aurélio Mello: “Subiu no muro”.*

*Do outro lado da tribuna, o ministro Marco Aurélio Mello tornou-se uma espécie de comentarista olímpico do julgamento. Terminada a sessão, discute o processo.*

*Numa entrevista aos repórteres Fausto Macedo e Felipe Recondo, deu à “Ação Penal 470” uma nova dimensão: “Você acha que um sujeito safo como Lula não sabia?” A pergunta, solta, é uma simples e relevante insinuação. Num voto articulado, pronunciado na corte, seria muito mais. De qualquer forma, Nosso Guia não está acompanhando o caso, pois “tem mais o que fazer”. Pena que não declare seu interesse pelo futuro de tão diletos companheiros. Sabia-se que Lula era um daqueles ursos que comem os donos, mas não se esperava que comesse José Dirceu desse jeito.*

*Não há notícia de formação de uma mesa de advogados no bar do*

*Metropolitan Club de Washington para jogar conversa fora durante um julgamento na Corte Suprema. Também não há notícia de um Ministério Público que coloca na internet uma página infantil intitulada “Turminha do MPF”, com uma espécie de “mensalão para jovens”.*

*Há faíscas de vaidade no Supremo, mas há também aulas de rigor. A eloquência dos ministros Celso de Mello, Cármen Lúcia e Rosa Weber está no silêncio. Aliás, quem gosta de atribuir lances de vaidade às mulheres, deveria registrar que até hoje passaram três pelo Supremo. Todas demonstraram que “pavão” é um substantivo masculino. (Quem já ouviu falar em pavo?)*

*O Supremo Tribunal Federal é chegado a rituais versalhescos. Seus ministros são acolitados por servidores chamados de “capinhas”. Levam-lhes papéis, água e recados. Além disso, são encarregados de empurrar e puxar suas cadeiras, como se esse movimento banal precisasse de ajuda. Coisa de rei. (Um ministro conta que várias vezes quase foi ao chão.)*

*A tendência carnavalizadora faz bem ao espírito nacional. Instalada uma CPI com parlamentares safando seus aliados, surge uma “musa”.*

*Reunida no Rio uma conferência internacional que vai acabar em nada, a cidade carnavaliza-se e o mundo alegre-se. (Durante a Rio+20, maloqueiros da Glória compraram cocares no Saara para filar as quentinhas que eram dadas aos índios que flechavam o BNDES.)*

*Se há um teatro para produzir nada, carnaval é o melhor remédio, mas esse não é o caso do julgamento do mensalão. Ele produzirá resultados duradouros para o Judiciário e, sobretudo, para o futuro das maracutaias da política nacional.*

*Se o julgamento ficar nos autos e naquilo que se diz na corte, algo de novo estará acontecendo no Brasil. Prova disso foram as sessões em que falaram a Procuradoria e os primeiros advogados de defesa. Bar é bar, tribunal é tribunal.*

# FOLHA DE S. PAULO

# Julgamento não desgasta

# projeto do PT,

# diz ministro

08 AGO 2012

Para Gilberto Carvalho, quem apostar no uso eleitoral do caso se decepcionará

**Declaração é amparada em pesquisas eleitorais; recomendação dentro do partido e no Planalto é para manter a discrição**

O ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República) disse ontem que se decepcionarão aqueles que apostam no julgamento do mensalão como um instrumento de desgaste eleitoral do PT e de seu projeto político.

Até então comedido nos comentários —dentro de estratégia fixada pelo PT para minimizar o impacto eleitoral do julgamento— Gilberto Carvalho decidiu sair da defensiva.

Suas declarações foram dadas um dia depois da visita da presidente Dilma Rousseff ao antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, em São Paulo.

“Temos convicção de que aqueles que apostam nesse processo como um desgaste desse projeto político se decepcionarão”, disse Carvalho, comparando o cenário político atual ao da eleição de 2006.

Naquele ano, Lula foi reeleito presidente apesar da CPI para investigar o mensalão.

“Se decepcionarão (sic) muito aqueles que apostam em tirar um proveito, e que parcializam os julgamentos e

as opiniões, pensando que isso poderá gerar um grande prejuízo, inclusive eleitoral”, afirmou Carvalho.

## PESQUISA

O PT tem em mãos duas pesquisas de opinião para mensurar os danos à imagem do partido decorrentes do julgamento.

A primeira pesquisa, feita pela cúpula do partido antes do início do julgamento, revelaria desinteresse do eleitor pelo assunto.

Já a consulta realizada pelo comitê da campanha de Fernando Haddad à Prefeitura de São Paulo diz que a aprovação do governo Dilma Rousseff não foi abalada pela primeira semana de maratona no Supremo Tribunal Federal.

No Instituto Lula e no governo, contudo, a recomendação é que o julgamento seja acompanhado de forma discreta, visando, nas palavras de um interlocutor do ex-presidente Lula, “fechar o capítulo”.

No Palácio do Planalto, a diretriz é semelhante: manter a aparência de calma. “A ordem da presidente Dilma é para que ninguém perca um minuto do seu trabalho vendo ou acompanhando o processo. Que se informe naturalmente nas horas vagas,

mas que siga trabalhando com o maior rigor”, disse Carvalho.

Apesar da orientação de Dilma para que os ministros não permitam que o caso paralise o governo, a Esplanada dos Ministérios engrossa a audiência da TV Justiça, que transmite as sessões ao vivo.

A começar pelo próprio Planalto. Na semana passada, Dilma assistiu a sessões acompanhada por assessores jurídicos.

Na tarde de segunda-feira, pouco antes de uma reunião com o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), a ministra Ideli Salvatti mantinha duas TVs ligadas em seu gabinete. Uma exibia a Olimpíada. A outra mostrava o julgamento.

## CAMPANHA

O próprio Lula elogiou ontem, em conversas, o desempenho dos advogados de defesa dos réus do mensalão.

Ainda nesta semana, Lula deverá participar de atividades de campanha com Fernando Haddad.

Além de gerar imagens da dupla para a TV, tornando o candidato mais conhecido, a iniciativa ajuda a equilibrar a pauta dos telejornais, muito concentrada no julgamento do mensalão.

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 AGO 2012

## O QUE ELA PENSA

O que a presidente Dilma já disse sobre o mensalão

### CPI NÃO COMPROVOU O MENSALÃO

“ Não há nenhuma prova que saiu da CPI que confirme o mensalão

“ O que há é a confissão de que houve empréstimos e esses empréstimos foram feitos de forma a pagar dívidas de campanha. Nós repudiamos acusações sem provas

Em 24.dez.2005

### FALTAM PROVAS DE QUE O MENSALÃO EXISTIU

“ O que eu posso falar, e falo com convicção, é que não houve prova. Até hoje, até onde nós enxergamos, nós não constatamos a existência de mensalão

em entrevista à Folha, em 27.fev.2006

### JULGAMENTO SEM PAIXÕES

“ O governo espera que se faça justiça, sem paixões

Sobre a abertura da ação penal do mensalão no Supremo, em 23.ago.2007

### DIRCEU, O INJUSTIÇADO

“ [Dilma] acha o ex-ministro José Dirceu uma pessoa injustiçada e tem por ele grande respeito. [Ela] não pode afirmar que Dirceu, enquanto esteve à frente da Casa Civil, administrava as questões internas do PT

Em depoimento, escrito pela Justiça Federal, que Dilma prestou como testemunha de defesa no processo do mensalão, em 20.out.2009

# 4º

DIA DO  
JULGAMENTO

## ONTEM

### DEFESA

Advogados de Cristiano Paz e Rogério Tolentino, ex-sócios de Valério; Simone Vasconcelos e Geiza Dias, ex-funcionárias da SMPB; e da banqueira Kátia Rabello

## HOJE

### DEFESA

Advogados dos ex-dirigentes do Banco Rural José Roberto Salgado, Vinícius Samarane e Ayanina Tenório, do deputado federal João Paulo Cunha (PT) e do ex-ministro Luiz Gushiken (Secom)

## AMANHÃ

### DEFESA

Advogados do ex-diretor do BB Henrique Pizzolato, Pedro Correa (ex-presidente do PP), Pedro Henry (deputado do PP), João Cláudio Genú (ex-assessor do PP) e Enivaldo Quadrado, da Bônus Banval

08 AGO 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Acusados de operar mensalão tentam se desvincular de Valério

Ex-funcionários e ex-sócios do empresários dizem que ou obedeciam ordens ou desconheciam irregularidades

**No plenário do STF, advogado de ex-gerente de empresa de Valério afirma que ela atuava no 'quarto escalão'**

DE BRASÍLIA

Quatro acusados de integrar o núcleo operacional do mensalão buscaram ontem, no quarto dia de julgamento, se desvincular do empresário Marcos Valério de Souza.

A linha da defesa foi atribuir a ele a responsabilidade pelas operações consideradas ilícitas pela Procuradoria-Geral da República.

Os advogados argumentaram que seus clientes ou faziam apenas o que eram obrigados ou não tinham conhecimento de irregularidades.

Ontem se manifestaram as defesas de Cristiano Paz e Rogério Tolentino, apontados como sócios de Valério, de Simone Vasconcelos e Geiza Dias, respectivamente diretora e gerente financeiras da agência do publicitário.

Juntos com Valério, eles foram acusados, pelo procurador Roberto Gurgel, de fazer parte de uma quadrilha res-

ponsável por negociar os empréstimos nos bancos Rural e BMG e montar o esquema de distribuição dos recursos a partidos e parlamentares. Todos negam as acusações.

O advogado de Paz, Castellar Modesto Guimarães Filho, diz que seu cliente, na época, era responsável pela criação, sem ingerência na parte financeira da SMPB, da qual era sócio de Valério.

Já o advogado de Rogério Tolentino, Paulo Sérgio Abreu e Silva, argumentou que seu cliente nunca foi sócio de Valério, tendo sido apenas seu advogado.

Tolentino foi acusado de ter tomado empréstimo de R\$ 10 milhões do BMG, recursos que teriam sido repassados para parlamentares do PP.

Seu advogado, no entanto, afirmou que o empréstimo foi entregue a Valério, sem saber o destino do dinheiro.

Os advogados de Simone Vasconcelos e Geiza Dias argumentaram que elas obedeciam ordens de Valério.

"Ela era uma funcionária mequetrefe, Geiza cumpria ordens, trabalhava no terceiro ou quarto escalão", disse Abreu e Silva, que também fez a defesa da ex-gerente.

Já o advogado de Simone, Leonardo Yarochevsky, argumentou que ela trabalhava num andar conhecido como "porão" e que ser diretora não tem grande relevância numa agência.

Outro a falar ontem foi o defensor da dona do Banco Rural, Kátia Rabello, o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias. Ele negou que o banco tinha responsabilidade sobre operações de Valério e afirmou que a instituição foi vítima de sua transparência.

Kátia era presidente do banco na época e atualmente é controladora da instituição. Segundo a defesa, ela é "injustificada", "está vivendo um inferno" e não pode ser responsabilizada por atos que não praticou.

O advogado disse que o Rural seguiu todas as normas e que os contatos com Valério eram feitos com José Augusto Dumont, ex-vice-presidente do banco, já morto. A banqueira teria apenas assinado renegociação contratual.

Dias disse ainda que os saques feitos pelas empresas de Valério foram informados ao Coaf.

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## 08 AGO 2012

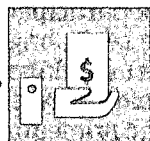
### A DEFESA DOS RÉUS

O papel de cada um no esquema e o que seus advogados disseram

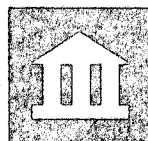
**O QUE FOI O MENSALÃO**  
A Procuradoria o descreve como um esquema de compra apoio no Congresso organizado pelo PT. Saiba o que diz a acusação



**NÚCLEO POLÍTICO**  
Organizou o esquema para comprar votos de parlamentares



**NÚCLEO OPERACIONAL**  
Distribuiu recursos de contratos públicos e empréstimos fraudulentos



**NÚCLEO FINANCEIRO**  
Ajudou a financiar o mensalão e viabilizou repasses aos políticos beneficiados



**CONGRESSO**  
Congressistas de partidos aliados receberam dinheiro em troca de apoio

### QUEM SE DEFENDEU ONTEM



#### **CRISTIANO PAZ, 60**

Publicitário

**Acusação:** participou da negociação dos empréstimos do mensalão e da distribuição de recursos a políticos

**Defesa:** os empréstimos foram regulares, assim como a execução dos contratos



#### **ROGÉRIO TOLENTINO, 52**

Advogado

**Acusação:** negociou empréstimos e ajudou a repassar recursos a políticos

**Defesa:** diz que empréstimos foram regulares e nega ter feito repasses

### CRIMES DE QUE SÃO ACUSADOS

Formação de quadrilha

Corrupção ativa

Peculato

Evasão de divisas

Lavagem de dinheiro

Gestão fraudulenta de instituição financeira



#### **SIMONE VASCONCELOS, 55**

Ex-diretora da SMPB

**Acusação:** distribuiu dinheiro, deu instruções ao Banco Rural e fez pagamentos

**Defesa:** alega que estava apenas cumprindo ordens de Marcos Valério



#### **GEIZA DIAS, 41**

Ex-gerente da SMPB

**Acusação:** ajudou a distribuir os recursos que circulavam pelo esquema

**Defesa:** diz que cumpria ordens de seus superiores e não sabia dos acordos com o PT



#### **KÁTIA RABELLO, 41**

Dona do Banco Rural

**Acusação:** negociou empréstimos fraudulentos que alimentaram o mensalão

**Defesa:** empréstimos eram regulares e banco informou saques de Valério às autoridades

# 08 AGO 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### **59% das mulheres agredidas sofrem violência diária**

**DE BRASÍLIA** - Mais da metade (59,57%) das mulheres que sofrem violência são agredidas todos os dias, segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres. O dado faz parte de um balanço da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Conforme o levantamento, em 70% dos casos de violência doméstica o agressor é o marido ou companheiro da vítima.

Em 66% dos casos de agressão os filhos presenciam a mulher sendo agredida.

Dos mais de 2 milhões de atendimentos da central desde 2006, 329.256 foram enquadrados na Lei Maria da Penha.

08 AGO 2012

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO  
COM A MÃO  
NO BOLSO

### Juiz condena Ecovias a pagar R\$ 30 mil a vítima de megaengavetamento

**DE SÃO PAULO** - Uma vítima do megaengavetamento ocorrido em setembro de 2011 na rodovia dos Imigrantes, em São Paulo, conseguiu sentença favorável na Justiça para ser indenizada por danos morais em R\$ 30 mil. Cabe recurso.

A concessionária Ecovias, que administra a rota, foi considerada culpada pelo prejuízo causado a Wagner Catarino, que teve o carro destruído após a colisão com outros veículos na pista em um momento de forte neblina.

A empresa afirma que vai recorrer da decisão “nos próximos dias” e que tomou “todas as medidas necessárias” a seu

alcance para evitar o acidente.

“Por se pagar pedágio caro, espera-se que a concessionária efetue prestação de serviço compatível com aquilo que cobra”, disse na sentença o juiz Sidney Tadeu Cardeal Banti.

O dano moral, para o magistrado, ficou configurado, pois a Ecovias tinha o dever de evitar o acidente.

A empresa afirma que outras três ações foram consideradas improcedentes. O advogado Ademar Gomes, que representou Catarino, diz que há outros 79 casos em curso.

No acidente com cerca de 300 veículos, uma pessoa morreu e 51 ficaram feridas.

O ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, ganhou ação contra a delegada Nilze Scapulatiello por dano moral. Em 2010, ela determinou sua prisão e o deixou pelado em uma cela, sem comunicação com família e advogados. A indenização é de R\$ 30 mil.

#### **FIRME E FORTE**

Souza havia sido detido porque portava uma joia roubada, que alegou ser de um comerciante que tentava vendê-la. Na delegacia, ficou “sem vestes por tempo superior ao estritamente necessário para revista pessoal”, diz o juiz. Ele foi representado pelo advogado Fernando Lottenberg. A delegada alegou que apenas agiu com “firmeza” e pode recorrer.

#### **LINHA CRUZADA**

Depois da prisão, o executivo ficou conhecido como “homem-bomba” por supostamente saber segredos do PSDB. Quando foi preso, ele tentou telefonar para o senador tucano Aloysio Nunes Ferreira, seu amigo pessoal.



08 AGO 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Decano do STF diz que provas de CPI não valem

Celso de Mello afirma que, pela lei, depoimentos a parlamentares e à PF só servem para a denúncia da acusação, e não para juiz chegar a veredicto

## ● Jurisprudência

### CELSO DE MELLO

MINISTRO DO STF

"A prova para a condenação tem que ter o direito ao contraditório. Pela lei, deve valer o princípio da bilateralidade. É diferente em uma CPI, que tem um caráter unilateral, inquisitório"



Decano do Supremo Tribunal Federal, o ministro Celso de Mello afirmou que não vai aceitar, em seu voto no julgamento do mensalão, provas produzidas fora da instrução da ação penal, fase em que se ouvem testemunhas e coletam provas no âmbito do Judiciário. E citou, ao explicar sua posição, depoimentos dados a CPIs e à Polícia Federal.

"A prova para a condenação tem que ter o direito ao contraditório. Pela lei, deve valer o princípio da bilateralidade. É diferente em uma CPI, que tem um caráter unilateral, inquisitório", disse Celso de Mello ao *Estado*, anteontem, em um shopping. "A jurisprudência do Supremo já entende assim e a reforma do Código de Processo Penal também. Não sou eu quem está dizendo."

Desde 2008, um dos artigos do Código de Processo Penal foi alterado e passou a dizer que "o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas". Ou seja, a produção das provas em uma ação penal já deve contar com acusação e defesa.

**Teses.** Esse é um dos pilares da defesa do ex-ministro José Dirceu e de outros réus. Para eles, os pedidos de condenação feitos pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, foram baseados em provas produzidas fora da ação penal, como depoimentos e relatórios da CPI e laudos da PF.

A validade ou não de uma prova é crucial para decidir o futuro de um réu. Na segunda-feira, em entrevista ao *Estado*, o ministro Marco Aurélio Mello criticou a tese de que é preciso prova cabal para condenar um réu por corrupção. "O que vão querer em termos de provas? Uma carta? Uma confissão espontânea? É muito difícil", disse. No mesmo dia, advogados de defesa disseram que é preciso um "mínimo de provas" e que, em caso de dúvida, beneficia-se o réu.

Sem antecipar o voto, Celso de Mello disse acreditar que o desfecho do julgamento seja bem diversificado. Advogados acreditam que alguns réus serão condenados à prisão, outros a prestação de serviços comunitários e alguns, absolvidos. "É possível", respondeu o ministro.

Com o voto já escrito e detalhado por réu e por crime, o ministro não descarta alterações. "Já tenho convicções, mas ouço atentamente as sustentações porque tenho a mente aberta. Anoto e aguardo para ver se surge algum argumento jurídico novo."

Ao falar com a reportagem, Celso de Mello levava o livro *A Biografia Não Autorizada do Vaticano*, de Santiago Camacho. "A leitura é uma forma de distrair, pensar em outra coisa."

## SÔNIA RACY

### Técnica apurada

Luiz Fux, do STF, desenvolveu técnica toda especial para acompanhar as defesas dos réus do mensalão: registra, em tempo real, os principais itens das sustentações orais dos advogados. "Isso cria uma atenção permanente", contou à coluna.

O material será usado para complementar seu voto.

### Técnica 2

Uma das principais discussões em pauta – a validade das provas – vai perdurar até o fim do julgamento, opina Fux.

A tese coloca em lados opostos defesa, que desqualifica os depoimentos à CPI dos Correios, e acusação. "O processo é hitchcockiano", filsofa o ministro.

08 AGO 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## De acordo com o roteiro

Logo no primeiro dia da fase dedicada à defesa dos réus da Ação Penal 470 no Supremo Tribunal Federal (STF) – o processo do mensalão –, os advogados dos principais acusados colocaram as cartas na mesa e muito provavelmente nenhuma grande novidade surgirá daqui para a frente, até o momento crucial em que os 11 ministros anunciarão seus veredictos. Até lá, certamente todos os defensores que desfilarão pela tribuna, seguindo o exemplo dos primeiros a se manifestar, devem bater na mesma tecla, que é a palavra de ordem lançada pelo ex-presidente Lula – depois de ter pedido desculpas para o povo brasileiro pelo “malfeito” do PT: o mensalão é uma farsa, nunca existiu. O que pode ter acontecido, já admitiu Arnaldo Malheiros, advogado de Delúbio Soares, é apenas a prática do crime de caixa 2 destinada a possibilitar o pagamento dos débitos que o PT contraiu na campanha eleitoral de 2002.

De fato, diante da denúncia de um sofisticado e atrevido esquema criminoso destinado a comprar apoio parlamentar ao governo petista, caixa 2 pode parecer coisa pouca. Mas não deixa de ser crime. Assim, mesmo antes do julgamento, o advogado de Delúbio Soares já admitiu que há pelo menos o praticante de um crime, no caso, prescrito, sentado no banco dos réus: seu constituído.

É curioso o raciocínio exposto pelo defensor do antigo tesoureiro do PT: “Delúbio é um homem que não se furta a responder por aquilo que fez. Ele fez caixa 2, isso ele não nega. Agora, ele não corrompeu ninguém”. Não corrompeu ninguém? Na verdade, fez muito pior: ajudou a corromper o sistema eleitoral, comprometendo com isso a legitimidade da representação popular dele decorrente. Mas, considerando que esse crime foi praticado em seu benefício, os petistas não dão a ele a menor importância, a ponto de já terem reabilitado publicamente o criminoso confesso, readmitindo-o em suas fileiras depois de tê-lo expulso, para salvar as aparências, no calor da explosão do escândalo.

O defensor de José Dirceu – réu apontado pela Procuradoria-Geral da República e pelas razões que todo o Brasil conhece como o principal responsável pelo esquema de compra de apoio parlamentar – comoveu seu próprio constituído pelo empenho com o qual procurou demonstrar à Suprema Corte que o então homem forte do governo Lula não era, na verdade, tão forte assim. Não tinha nem mesmo ingerência, acredite quem quiser, sobre o PT, apesar da assiduidade com que dirigentes partidários como o próprio Delúbio Soares frequentavam seu gabinete.

Já quem chefiava o partido, José Genoíno, só carrega a “culpa”, segundo o advogado Luiz Fernando Pacheco, de ter sido o presidente da legenda: “Ele não é réu pelo que fez ou deixou de fazer, mas é réu pelo que ele foi”.

De tudo o que se ouviu no plenário do STF nas primeiras manifestações dos defensores dos 38 réus, a clara impressão que fica é a de que, se existe algum culpado por eventuais irregularidades praticadas pelo PT durante o primeiro mandato de Lula, esse culpado é o sistema político brasileiro. Esse mesmo sistema que os políticos não demonstram o menor interesse em reformar.

De qualquer modo, neste que tem sido considerado, com toda razão, um dos mais importantes julgamentos da história do STF, advogados, procurador-geral e ministros têm até agora cumprido o papel que deles se pode esperar. Não chega a ser surpreendente nem mesmo a decisão do ministro Dias Toffoli de não se considerar impedido de participar do julgamento, apesar de ter sido assessor de José Dirceu e advogado do PT – “qualificações” que o presidente Lula não ignorava quando o escolheu para integrar a Suprema Corte.

De acordo com a liderança lulopetista, a mídia já teria, por conta própria, “condenado” os réus do mensalão e com isso “contaminado” a opinião pública, criando uma forte pressão sobre os ministros e transformando este num julgamento “político”.

Se isso é verdade, se a opinião pública realmente já tomou partido nesse assunto, pode ser ruim para os petistas, mas é bom para o advento de uma onda de moralização das práticas políticas.

Isso não está nos autos, mas seria bom que fosse levado em consideração pela maioria dos ministros do Supremo.

# O ESTADO DE S. PAULO

## ROBERTO DAMATTA

# Mensalão e Olimpíada

08 AGO 2012

**E**stou dividido entre assistir às provas olímpicas e testemunhar o julgamento do mais vergonhoso plano de permanecer no poder da história: da nossa doura, “legalística”, aristocrática, populista e milagrosa “semi-república”. No caso da Olimpíada, as regras são simples (não há recurso) e a igualdade competitiva é clara; no mensalão, tudo é opaco – exceto a acusação, a vontade antidemocrática de poder que o engendrou e o desejo de que as coisas não terminem em leite condensado.

Digo “semi-república” porque a expressão reitera o que, em 1979, no livro *Carnavais, Malandros e Heróis*, eu chamei de “dilema brasileiro”. A oscilação de uma nação que quer a igualdade perante a lei, mas na qual o Estado jamais deixou de isentar alguns dos seus cargos da responsabilidade pública, abandonando para a sociedade o papel de burro de carga de um sofisticado drama na qual ela sempre desempenhou um papel subordinado. Quando passamos de Império a República, continuamos hierárquicos e aristocráticos, mas até certo ponto; e, já republicanos, adotamos a igualdade, mas com uma tonelada de sal, inventando todas as excepcionalidades que impedem a punição dos poderosos e condena os subordinados ao castigo. Daí a importância olímpica do Supremo Tribunal Federal, cuja conduta do julgamento em curso será importante para alterar o dilema.

Temos não muitas formas de igualdade e diversos estilos de aristocratizar. Nosso maior problema não é a desigualdade; é, isso sim, a nossa mais cabal alergia e repulsa à igualdade! Quando sabemos quem é o dono, ficamos tranquilos, mas quando todos são nivelados e postos em julgamento, entramos em crise. Em toda situação reinventamos a hierarquia, mostrando quem é inferior. Nas tão odiadas (e igualitárias!) filas, isso é mais do que patente. No trânsito, uma igualdade estrutural é, infelizmente, constitutiva como digo em *Fé em Deus e Pé na Tábua*, e o resultado é esse escândalo de acidentes e imprudências, todos capitulados na mestiçagem das leis que igualam de um lado para “exepcionalizar” do outro.

**Está em curso uma intolerância  
jamais vista contra a ética  
de favores e personalismos**

Não foi fácil, neste Brasil de Pedros (de Avis e Bragança), criar um padrão de troca único, nivelador, confiável e, por isso, as nossas doutrinas políticas mais chiques até hoje odeiam o mercado e a sua igualdade competitiva que implica meritocracia. Essa disputa tão óbvia nos jogos olímpicos que levam ao conflito aberto e ao bate-boca – esses reversos dos padrões de comportamento nobres, baseados quase sempre na insinceridade, no realismo político segundo o qual os fins justificam os meios e o ganhar a qualquer custo; e na mentira como moeda corrente. Em suma, tudo isso que está inscrito e será julgado no mensalão.

Vivemos um momento histórico dramático: o da impossibilidade de hierarquizar impunemente, como tem sido o costume. E, ao lado disso, a demanda pela igualdade que evidentemente vai obrigar a uma transformação dos velhos códigos de comunicação, sobretudo os legais que, no Brasil, mudam e se atualizam menos do que as reformas ortográficas! Essa demanda tem aspectos radicais no que tange aos que ocupam cargos públicos. Está em curso, hoje em dia, uma intolerância jamais vista contra a ética de favores e personalismos que impediam suspeitas, avaliações e julgamentos.

Aliás, o libelo do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, foi incisivo no sentido de não isentar os atores, aceitando as desculpas mais comuns das sociedades arcaicas, reacionárias e hierárquicas: a tese do “eu não sabia”; a qual, no fundo, desvenda a posse do papel pelo ator ou, pior que isso, o controle e a propriedade do político e do partido do cargo público e, no caso do mensalão, da própria máquina política.

Quando se trata de falar da igualdade como um valor, não há como não discutir algo jamais visto na chamada “política” nacional. O fato de que é o povo que legitima pela eleição o gerenciamento de um cargo que não pertence a nenhum poder, mas a sociedade como um todo. Por isso, o povo – por meio dos tribunais e da lei que a todos

subordina – pode punir o ocupante que trai o seu papel. Nosso viés aristocrático tem inibido a discussão do laço entre pessoa e papel. O que conduz ao inverso da nossa tradição, pois num regime igualitário, quanto mais nobre e importante o papel, menos desculpas para a improbidade de quem o ocupa. O poder não pode mais continuar a ser visto no Brasil como uma medalha de ouro olímpica, com direitos a isentar os eventuais crimes de quem está no poder. Ele deve ser redesenhado como algo que implica direitos e privilégios, mas sobretudo honra, austeridade e obrigações. Na democracia, como viu Tocqueville, os cargos públicos implicam mais deveres do que privilégios. Como, aliás, ocorre na Olimpíada quando um atleta recebe uma medalha de ouro se vê compelido a ser também possuído pela excelência que o prêmio representa.

Resta esperar que o TSF decida olímpicamente – sine ira et studio (sem raiva, preconceito ou condescendência), como dizia Max Weber – e, assim fazendo, mude a índole das práticas políticas brasileiras.

# O ESTADO DE S. PAULO

Claro, Oi e Vivo  
são novo alvo do  
Ministério Público

08 AGO 2012

● Além da TIM, as operadoras de telefonia móvel Vivo, Claro e Oi também estão na mira do Ministério Público do Paraná. A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor instaurou um inquérito civil contra elas para checar se cumprem no Estado o plano geral de metas e qualidades exigidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A investigação contra as três operadoras está em fase inicial. Se comprovadas irregularidades o Ministério Público do Paraná também poderá instaurar uma ação coletiva contra elas, como foi feito com a TIM.

A investigação contra a TIM partiu de denúncias de consumidores, segundo a assessoria de imprensa do Ministério Público do Paraná. Após verificar problemas no serviço da operadora, o Ministério Público decidiu investigar também as demais empresas do setor.

A Claro e a Vivo disseram, em comunicado ao 'Estado', que não foram notificadas pelo Ministério Público e não comentaram a questão. A Oi também não se pronunciou. Em comunicado, a TIM disse que "segue com a execução do Plano de Ações de Melhoria, recentemente aprovado pela Anatel, que prevê dentre outras ações, a expansão da capacidade da rede de voz e dados".

A TIM também é alvo de outro processo no Paraná. A Comissão de Defesa do Consumidor na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) questiona as falhas no serviço da empresa na Justiça Federal.

## Justiça manda Ecovias pagar R\$ 30 mil a vítima de engavetamento na Imigrantes

O juiz Sidney Tadeu Cardeal Banti, da 3.<sup>a</sup> Vara Cível do Fórum da Lapa, na zona oeste de São Paulo, ordenou que a Ecovias pague indenização de R\$ 30 mil por danos morais a um dos motoristas envolvidos no engavetamento de 104 veículos, ocorrido na Rodovia dos Imigrantes em 16 de setembro de 2011. Uma pessoa morreu e 29 ficaram feridas.

A decisão, do dia 17 de julho, foi publicada anteontem. O juiz isenta os motoristas. "Ficou cabalmente demonstrada a ineficácia da segurança", escreveu. Para ele, a empresa "liricamente confia apenas nos avisos de 'reduza a velocidade'". A Ecovias informou que vai recorrer e lembrou que já obteve ganho de causa em outros processos.

# METRO

## ‘O Judiciário não representa o povo’

● Advogado da agência de Marcos Valério afirma que Justiça deve ser feita com base nas provas dos autos, e não com base na pressão popular

08 AGO 2012

A sessão de julgamento do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal) ontem teve a defesa de mais cinco réus, que alegaram terem tido o nome incluído na ação penal por trabalharem para o empresário Marcos Valério.

O advogado de defesa do ex-sócio da agência de publicidade SMP&B, Cristiano Paz, lembrou a trajetória profissional do cliente e disse que a função dele era cuidar apenas da criação publicitária. “A sua atividade como homem de criação o impedia de qualquer outra participação na SMP&B”, sustentou o advogado Castellar Modesto Guimarães.

A defesa de Rogério Tolentino lembrou que ele trabalhou por 20 anos como advogado das empresas de Marcos Valério. Rogério Tolentino admite apenas que houve um pedido de empréstimo de R\$ 10 milhões e que entregou três cheques em branco à então diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcellos. Segundo a denúncia, mais tarde o dinheiro foi distribuído a três parlamentares do PP.

O advogado do réu criticou a denúncia, dizendo se tratar de ‘roteiro da novela das oito’. “O Judiciário não representa o povo. Representa a lei. Justiça seja feita, mesmo que os céus venham abaixo”, disse o advogado Paulo Sérgio Abreu e Silva, que também fez a defesa da ex-diretora da SMP&B, Geiza Dias. “Ela cumpria ordens. Era uma mequetrefe, uma batedeira de cheque”, chegou a dizer.

O advogado de Simone Vasconcellos, Leonardo Isaac Yarochevski, alegou que ela tinha ‘uma sala simples’ e era assalariada da empresa. Admitiu, contudo, que ela chegou a carregar dinheiro em carro-forte, mas que não existem provas para puni-la. A defesa da ex-presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, disse que as movimentações foram transparentes. “O Banco Rural foi vítima de sua própria transparência”, sustentou o advogado José Carlos Dias.

08 AGO 2012

## METRO

### **MP do PR também investigará as operadoras Claro, Vivo e Oi**

Claro, Oi e Vivo também serão alvo de um pedido de investigação da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba, informou ontem o Ministério Público do Paraná. A medida repete a investigação feita contra a TIM. Ainda não há prazo para a conclusão do inquérito.

Relatório da Anatel feito entre os meses de março e maio aponta que a TIM provocou desligamentos das chamadas do plano Infinity. Pelo plano, os consumidores pagam apenas a ligação, e não a duração da chamada. Com base no documento, a Promotoria entrou com ação pedindo a retomada da suspensão das vendas da TIM no Paraná, além da devolução em dobro dos valores cobrados indevidamente. De 23 de julho a 3 de agosto, a TIM teve a venda

de novas linhas suspensa em 18 Estados e o Distrito Federal. A empresa poderá ser multada em R\$ 500 mil por dia por descumprimento das metas de qualidade.

A Anatel disse, em nota, que o relatório integra um procedimento administrativo que ainda não foi finalizado e que somente após a tramitação do processo adotará providências legais.

A TIM negou, em nota, que "eventuais quedas" de chamadas sejam motivadas por ação deliberada da companhia. Segundo a empresa, o conteúdo do relatório é proveniente de um escritório regional da Anatel e já foi analisado pelo órgão, em Brasília. O texto diz que, na ocasião, foram identificados "graves erros de processamento", que levam a conclusões "erradas".

### **STF ouve hoje mais cinco defesas**

O STF (Supremo Tribunal Federal) ouve hoje a defesa de mais cinco réus que integrariam o núcleo operacional e financeiro do esquema do mensalão.

Pelo cronograma, farão a sustentação oral primeiro os advogados dos três ex-diretores do Banco Rural: José Roberto Salgado, Vinícius Samarane e Ayanna Tenório.

Salgado é acusado de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, peculato e evasão de divisas.

Vinícius Samarane responde por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e gestão fraudulenta.

Ayanna Tenório é acusada de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta.

Em seguida será ouvido o advogado do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e, por fim, o do ex-ministro de Comunicação Luiz Gushiken.

08 AGO 2012

JORNAL DO ESTADO

# PARANÁ É O 3º ESTADO COM MAIS MULHERES ASSASSINADAS

Apenas Espírito Santo e Alagoas registraram mais casos no período analisado. Casa de Custódia vira uma “prisão Maria da Penha”.

HOMICÍDIOS DE MULHERES

## PARANÁ TEM A TERCEIRA maior taxa entre os estados

Disque 180 registrou 2,7 milhões de denúncias durante a vigência da Lei Maria da Penha

CONTINUA

# 08 AGO 2012

## JORNAL DO ESTADO

### CONTINUAÇÃO

A taxa de homicídios de mulheres no País, em 2010, chegou a 4.465 casos. Este é um dado atualizado, com os números oficiais mais recentes tabulados pelo Centro Brasileiro de Estudos Latinoamericanos (Cebela) e a Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso). Segundo o estudo, o Paraná é o terceiro estado brasileiro com a maior taxa de homicídios contra mulheres. Em 2010 foram 338 casos, com taxa de 6,8 para cada grupo de 100 mil. A maior taxa é do Espírito Santo, com 9,8 casos.

O Cebela já havia divulgado números preliminares do mesmo estudo em maio deste ano, mas agora, aproveitando o aniversário de sexto ano de vigor da Lei Maria da Penha, marcado ontem, o centro atualizou os dados. No estudo de maio, eram quase 200 homicídios a menos. A taxa média nacional é de 4,6 assassinatos para cada grupo de 100 mil mulheres. A menor taxa é do Piauí: 2,5.

No mesmo estudo, Curitiba também aparece entre as mais violentas para as mulheres. A taxa da Capital paranaense é de 10,4 ocorrências, ficando em quarto lugar no País. Vitória (ES), com 13,2, João Pessoa (PB), 12,4 e Maceió (AL), 11,9, são as capitais que aparecem nas primeiras posições no mapa traçado pelo Cebela e a Flacso.

Mas computando os 557 municípios brasileiros com população de mais de 26 mil mulheres, Piraquara tem a segunda posição no ranking. Com 11 homicídios contra mulheres, o município da Grande Curitiba tem taxa de 24,4 casos por 100 mil. Outro município da RMC aparece em 31º, Fazenda Rio

Grande, com taxa de 12,2.

**Disque 180** — No dia em que a Lei Maria da Penha completou seis anos de existência, o Disque 180 registrou 2,7 milhões de atendimentos de 2006 a 2012. Desse total, 329,5 mil (14%) eram relatos de violência contra a mulher enquadrados na lei. A maioria (60%) foi pedidos de informação. Os dados são da Secretaria de Políticas para as Mulheres, responsável pelo disque-denúncia, divulgados ontem, na abertura do Encontro Nacional sobre o Papel das Delegacias no Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

No primeiro semestre de 2012, foram registrados 388,9 mil atendimentos, dos quais 56,6% (47,5 mil) foram relatos de violência física. A violência psicológica aparece em 27,2% (12,9 mil) dos registros no período. Foram 5,7 mil chamadas relacionadas à violência moral (12%), 915 sexual (2%) e 750 patrimonial (1%). Os dados revelam ainda que em 66% dos casos os filhos presenciavam as agressões contra as mães.

O Ministério da Saúde vai destinar R\$ 31 milhões às secretarias estaduais e municipais de todo o país na tentativa de incentivar a notificação de casos de violência contra mulheres e promover ações de vigilância e prevenção.

Dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação indicam que, no ano passado, 37.717 mulheres, entre 20 e 59 anos, foram vítimas de algum tipo de violência no Brasil. O número representa aumento de 38,7% em relação ao ano anterior, quando foram registrados 27.176 casos. Em 2010, entretanto, a notificação não era obrigatória.



08 AGO 2012

# JORNAL DO ESTADO

## CASA DE CUSTÓDIA

### Presídio será exclusivo para a Lei Maria da Penha

O governador Beto Richa assinou ontem, no Palácio Iguazu, um decreto que transforma a Casa de Custódia de Curitiba (CCC) em unidade exclusiva para o encarceramento de homens que cometeram crimes contra a mulher. Com a medida, serão transferidos 420 presos atualmente encarcerados em outros estabelecimentos penais da região da capital.

O documento foi assinado na data em que a Lei Maria da Penha completou seis anos. “Estamos fazendo um grande esforço no sentido de coibir a violência sexual e familiar contra a mulher”, afirmou Beto Richa. A transferência seguirá, preferencialmente, a seguinte ordem: crimes contra a dignidade sexual, crimes praticados contra a pessoa e crimes praticados com grave ameaça ou violência.

O objetivo do governo é tirar o Paraná da posição de terceiro Estado com maior número de casos de violência contra a população feminina. Ao todo, estão no sistema penitenciário paranaense 928 homens presos por crime contra a mulher. Destes, 531 foram conde-

nados por estupro e 397 por atentado violento ao pudor.

O governador destacou o compromisso do governo com a ressocialização dos detentos e melhoria nas condições físicas dos presídios. Para isso, serão investidos R\$ 160 milhões na construção e reforma de novas unidades prisionais. “É um compromisso que temos de proporcionar mais cidadania e oportunidades nos presídios”, disse Richa.

Ele lembrou ainda que na semana passada foi autorizada a transferência de presos abrigados no Complexo Médico Penal (CMP) para uma unidade de reabilitação social. Inicialmente, serão transferidos 44 internos com alguma doença mental que já cumpriram a pena, mas não têm família ou referência social para acolhimento.

Com capacidade para 420 presos, a Casa de Custódia de Curitiba — que completa 10 anos — deixará de ser uma unidade de internação provisória para se transformar na primeira unidade prisional do Estado destinada a esse tipo de crime.

#### EM ALTA

O governador **BETO RICHA** assinou ontem, no Palácio Iguazu, um decreto que transforma a Casa de Custódia de Curitiba (CCC) em unidade exclusiva para o encarceramento de homens que cometeram crimes contra a mulher. Com a medida, serão transferidos 420 presos atualmente encarcerados em outros estabelecimentos penais da região da Capital.

08 AGO 2012

## JORNAL DO ESTADO

### Aposentadorias

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná suspendeu, pela segunda vez, na tarde de segunda-feira, o julgamento do mandado de segurança, impetrado pelo ex-governador Orlando Pessuti (PMDB), que tenta reaver o direito de receber a verba de representação pelo exercício do cargo de governador. O pagamento desse tipo de aposentadoria foi suspenso por decreto do governador Beto Richa (PSDB) em março de 2011.

### Supremo

Além de Pessuti, outros três ex-governadores — Roberto Requião, Jaime Lerner e Mario Pereira — também recorreram da determinação. O advogado de Orlando Pessuti, Rodrigo Pironi, alega que o Supremo Tribunal Federal está analisando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), contra o pagamento dessas aposentadorias a ex-governadores. E que essa ação ainda não foi julgada. O argumento da defesa é de que o decreto de Richa deveria ser suspenso até que o STF se manifeste definitivamente sobre a legalidade ou não do pagamento. O pedido de vista do processo, feito pelo desembargador José Augusto Aniceto, deve voltar a julgamento daqui a duas semanas. Para os ex-governadores, resta esperar.

# JORNAL DO ESTADO

TÍTULO DE ELEITOR

08 AGO 2012

Termina hoje prazo para tirar segunda via

Os eleitores têm até hoje para requerer a segunda via do título em qualquer cartório eleitoral do país. Ao fazer a solicitação, o cidadão deve informar o local onde pretende receber o documento. As eleições municipais ocorrerão nos dias 7 e 28 de outubro – primeiro e segundo turnos respectivamente – em mais de 5,5 mil municípios brasileiros.

Para obter a segunda via, o eleitor deve se dirigir à zona eleitoral na qual está inscrito ou à Unidade de Atendimento ao Eleitor dos tribunais regionais eleitorais. Se estiver fora do seu domicílio eleitoral, poderá requerer a segunda via ao juiz da zona eleitoral na qual está inscrito.

O interessado em obter a segunda via deve procurar a

zona eleitoral com a carteira de identidade ou o documento emitido pelos órgãos profissionais. Se não tiver o documento, pode apresentar as certidões de nascimento ou casamento.

Pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), há 15.351 candidatos a prefeito, 15.491 a vice-prefeito e 442.179 a vereador em todo país. Em 81 municípios, com mais de 200 mil eleitores, pode haver segundo turno no dia 28 de outubro.

No total, são cerca de 140 mil eleitores cadastrados em todo país para as eleições municipais de outubro. A previsão do TSE é que 252 mil eleitores que moram no exterior justifiquem a ausência na votação, pois não terão condições de comparecer às zonas eleitorais.

## Propaganda

A juíza Adriana Ayres Ferreira, da 4ª Zona Eleitoral de Curitiba, determinou o arquivamento de duas notícias de irregularidade impetradas pela coligação do prefeito Luciano Ducci (PSB) contra a colocação de cavaletes com a propaganda da presidenta do PT de Curitiba e candidata a vereadora, Roseli Isidoro, nas vias públicas, canteiros e esquinas. Ela entendeu, com base em fotos dos locais e diligências que “não foi constatada irregularidade”. O mesmo se estende a uma denúncia que inclui o vereador e candidato à reeleição, Jonny Stica (PT).

## Compra de votos

O Ministério Público Eleitoral (MP) lançou, ontem, em seu site oficial ([www.prepr.mpf.gov.br](http://www.prepr.mpf.gov.br)) e no canal do MPF/PR do youtube ([www.youtube.com/MPFParana](http://www.youtube.com/MPFParana)), uma animação sobre o crime de compra e venda de votos. O filme, produzido com a técnica de stop motion, é um reforço na campanha do MP contra a corrupção eleitoral. A animação tem 30 segundos de duração e mostra um eleitor sendo abordado por uma pessoa mal intencionada, que oferece dinheiro em troca do voto. No final, a mensagem: “O Ministério Público Eleitoral adverte: compra e venda de votos é crime!”.

# JORNAL DO ESTADO

# TIM pode ter a venda de

# NOVAS 08 AGO 2012

# LINHAS SUSPENSAS

Hoje, juiz deve avaliar ação do Ministério Público.  
Anatel acusa operadora de derrubar ligações

A Tim pode ter novamente a venda de novas linhas suspensas no Paraná. Hoje, o juiz da 11ª Vara Cível de Curitiba deve avaliar o pedido de antecipação de tutela de uma ação coletiva de consumo do Ministério Público do Paraná. A ação foi protocolada na segunda-feira e tem como base o relatório da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que acusa a operadora de derrubar de propósito as ligações dos usuários de plano Infinity, no qual os usuários pagam apenas pela ligação e não pelos minutos utilizados.

Segundo a Anatel, derrubando as ligações, a operadora conseguiria lucrar com um maior número de chamadas. O estudo da agência, citado na ação, aponta que os desligamentos neste tipo de plano são quatro vezes superiores aos dos planos "não Infinity". A Anatel constatou um acréscimo de 300% no número de quedas em chamadas com tarifação por ligação em comparação aos desligamentos nas ligações com tarifação por minuto.

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba (PR) formalizou, ontem, o pedido para que a TIM cumpra imediatamente as metas de qualidade impostas pela Anatel, sob pena de multa diária de R\$ 500 mil;

A Promotoria pede a suspensão da venda de novas linhas de celular, enquanto as metas de qualidade não forem cumpridas; o fornecimento de dados da base de clientes, separados por tipo de plano contratado; e a devolução dos valores, em dobro, pagos pelos clientes Infinity, que tiveram de efetuar uma segunda chamada, após a interrupção da ligação por parte da operadora.

A ação tem validade em todo o Paraná, onde a operadora já havia sido punida pela Anatel com a suspensão temporária da comercialização de novas linhas, no final de julho, por liderar o ranking de reclamações dos usuários.

**Perdas** — De acordo com a Anatel, no dia 8 de março de 2012, 1.091.288 pessoas foram afetadas com quedas de ligações no plano Infinity em todo o Paraná. Mais de dois milhões de ligações do serviço de telefonia móvel foram desligadas, o que gerou um gasto para os consumidores no montante de cerca de R\$ 549 mil por serviços não prestados na sua totalidade pela TIM.

Em todo o Brasil, neste mesmo dia, o número de usuários afetados por desligamentos chegou a 8,1 milhões. E deste total, foram gastos pelos usuários, em um único dia, R\$ 4.327.800,50.

**Investigação** — A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do Paraná, ligada ao Ministério Público (MP) estadual, instaurou ontem um inquérito civil contra Oi, Vivo e Claro para apurar o cumprimento dos Planos de Ação e Melhorias entregues à Anatel.

Segundo o Ministério Público, o objetivo é apurar se as empresas cumprem o plano geral de metas e qualidade exigido pela Anatel após o bloqueio temporário das vendas que vigorou durante 11 dias durante julho e agosto. Tanto a Anatel como as três empresas investigadas serão chamadas para prestação de esclarecimentos à promotoria estadual.

# 08 ABO 2012

## JORNAL DO ESTADO

### Justiça determina liberação da Anvisa

O juiz substituto Vicente de Paula Ataíde Junior, da Justiça Federal de Paranaguá, deferiu no último dia 6 do corrente, pedido liminar impetrado pela Associação Comercial do Paraná (ACP) em mandado de segurança solicitando a continuidade da prestação do serviço público de fiscalização e liberação sanitária, paralisado em função da greve dos servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), no porto de Paranaguá.

A medida judicial restabelece o fluxo de embarque ou desembarque de mercadorias destinadas à exportação, importação ou trânsito aduaneiro. Segundo o despacho do juiz federal Ataíde Junior “o objeto deste mandado de segurança coletivo é tão somente o movimento paredista dos fiscais da Anvisa”, cabendo “à empresa interessada comprovar perante a Anvisa sua condição de filiada à entidade impetrante, a Associação Comercial do Paraná”.

### Justiça suspende obra em Cuiabá

A Justiça Federal em Mato Grosso mandou suspender o contrato para a implantação do VLT (Veículo Leve Sobre Trilhos) de Cuiabá, principal obra de mobilidade urbana prevista para a Copa do Mundo de 2014 no estado. A decisão, de caráter liminar (provisório), determinou ainda a paralisação de quaisquer obras em andamento e o bloqueio do repasse de valores contratados pelo governo do Estado com a Caixa Econômica Federal. Licitada em junho, a obra está orçada em R\$ 1,47 bilhão.

### Diárias

O Ministério Público o Paraná propôs na última segunda-feira ação pedindo o ressarcimento dos cofres públicos e bloqueio dos bens de nove vereadores e onze funcionários da Câmara Municipal de São Miguel do Iguçu, região Oeste do Estado. Eles são acusados de terem recebido diárias de viagens da Casa para supostos cursos em cidades do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. As viagens foram determinadas pelo presidente do legislativo municipal, Antônio Dilmar Tonis Mafalda, mas não houve comprovação de que os cursos tenham sido efetivamente realizados.

08 AGO 2012

GAZETA DO POVO

# MP acusa deputado estadual de mentir em caso de atropelamento

Em ação apresentada à Justiça, procuradores sustentam que Gilberto Ribeiro e assessores montaram uma versão para livrar o parlamentar de qualquer responsabilidade sobre o acidente que feriu jovem no ano passado

| Karlos Kohlbach

O Ministério Público do Paraná acusa o deputado estadual Gilberto Ribeiro (PSB) de ter atropelado no ano passado um adolescente de 14 anos e ter prestado falsas informações no inquérito que apurava o acidente. Segundo a denúncia do MP, o parlamentar e dois assessores criaram uma versão falsa sobre o atropelamento para afastar de Ribeiro qualquer responsabilidade sobre o caso. O jovem se feriu.

A reportagem da Gazeta do Povo teve acesso a parte do processo. O acidente ocorreu em março de 2011 em Piraquara, na região metropolitana de Curitiba. Desde

então, o deputado sustenta que era o assessor dele, Christopher Douglas Kachel, quem dirigia o veículo e que ele estava ao lado, no banco do passageiro. Um ano e meio depois, a investigação do MP reuniu indícios que derrubariam essa versão e colocam o deputado estadual atrás do volante no momento do atropelamento. Segundo o MP, o assessor estava longe do local do acidente.

Diante das provas, o MP entrou com ação criminal contra o deputado no fim de junho. Os procuradores acusam Ribeiro de lesão corporal culposa (quando não há a intenção de causar o dano) e de prestar falsas informações. Se for condenado, Ribeiro pode pegar de dois a sete anos de prisão.

Como Ribeiro é deputado e tem foro privilegiado, a ação contra ele tramita no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). O caso está com o desembargador Paulo Hapner, que decretou segredo de Justiça e abriu prazo para que os acusados se manifestem. Depois disso, o magistrado deve decidir se aceita ou não a denúncia apresentada pelo MP.

Além do deputado, o Ministério Público acusa na mesma ação Christopher Kachel e o chefe de gabinete de Ribeiro, Adilson Baron, por falso testemunho. Kachel disse em depoimento à polícia

e ao MP que era ele quem conduzia o veículo quando houve o atropelamento. Já Baron teria prestado informações falsas sobre o local onde estava no momento do acidente e, dessa forma, contribuiu para a versão montada, segundo o MP.

## O acidente

O atropelamento ocorreu na noite do dia 12 de março do ano passado na Rua João Batista Vera, no bairro Jardim Primavera, no município de Piraquara. A caminhonete Chevrolet S10 que pertence ao deputado atingiu o adolescente William Sanches da Conceição, que estava na calçada. O menino sofreu cortes na orelha e no rosto, além de escoriações pelo corpo. Na época, testemunhas disseram que quem conduzia o carro era o próprio deputado estadual.

Dois dias depois do acidente, Gilberto Ribeiro subiu à tribuna da Assembleia e se manifestou sobre o caso. O deputado discursou afirmando que o seu assessor, Christopher Kachel, era quem dirigia o carro e quem atropelou — sem intenção — o adolescente. Antes de concluir, afirmou: “O que eu prego é o seguinte: que a verdade apareça e que a justiça prevaleça”. O próprio Kachel se apresentou à polícia e disse que era ele quem dirigia no momento do acidente — depoimento que foi repetido no MP.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### Tecnologia

No entanto, dados das empresas de telefonia, requisitados pelos procuradores, indicariam o contrário. Informações das Estações Rádio Base (ERBs) — equipamentos que fazem a conexão entre os telefones celulares e a companhia telefônica, permitindo assim definir a localização do aparelho celular — mostram que o celular de Kachel não estava na área do acidente no momento em que ocorreu o atropelamento. Como em depoimento os assessores confirmaram que estavam com os respectivos celulares no horário do atropelamento, o MP concluiu que não era Kachel quem dirigia o carro.

# 08 AGO 2012

## “O que eu prego é o seguinte: que a verdade apareça e que a justiça prevaleça.”

Gilberto Ribeiro (PSB), deputado estadual, em discurso na tribuna da Assembleia no ano passado.

## Deputado mantém a versão de que assessor dirigia o carro

Apesar da denúncia criminal do Ministério Público que responsabiliza o deputado estadual Gilberto Ribeiro (PSB) de ter atropelado e ferido um adolescente de 14 anos, o parlamentar nega que era ele quem dirigia o carro e mantém a versão de que o condutor era o assessor Christopher Douglas Kachel. Procurado pela reportagem, Ribeiro afirmou que não tinha conhecimento da denúncia do MP. “Não estou sabendo dessa denúncia. Tem que ver o que consta nos autos, mas a minha versão é a mesma”, afirmou.

Para Gilberto Ribeiro, a denúncia teria relação com o fato de ele ser deputado estadual. “É o fato de ser político que está dando toda essa repercussão. Por que o MP não vai investigar coisa grave como tráfico de drogas, chacinas, ho-

## “Eu estava no local onde disse que estava no depoimento ao Ministério Público.”

Adilson Baron, chefe de gabinete de Gilberto Ribeiro, questionou.

O chefe de gabinete de Gilberto Ribeiro, Adilson Baron, um dos denunciados por falso testemunho, também manteve a versão dada aos procuradores do MP. Informações de companhias telefônicas, obtidas pelos procuradores, levantam suspeitas de que Baron teria mentido sobre o local onde estava após o acidente.

Ele, no entanto, mantém a versão. “Eu estava no local onde disse que estava no depoimento ao Ministério Público.”

Baron contou que o seu advogado, Carlos Lorga, teria pedido para fazer uma perícia e confrontar os dados repassados pelas telefônicas ao MP. A reportagem não conseguiu contato com Lorga.

Christopher Douglas Kachel, também denunciado por falso testemunho, foi procurado pela Gazeta do Povo para comentar a ação do MP. No entanto, quando foi questionado sobre a denúncia do MP, ele desligou o telefone e não atendeu mais as ligações da reportagem.

# Agressor de mulher terá de ressarcir gastos do INSS

Será cobrada indenização por gastos com auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte

Aggressores de mulheres deixarão de responder apenas criminalmente em casos de violência doméstica e passarão a ser punidos também no bolso. A partir desta semana, a Advocacia-Geral da União (AGU), em nome do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), vai por em prática uma iniciativa pioneira: ajuizar ações regressivas para cobrar o ressarcimento de gastos da União com auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte para os dependentes.

Ações regressivas já são ajuizadas pela União em maior escala contra empresas responsáveis por acidentes de trabalho — 2 mil processos em 21 anos, que somam mais de R\$ 360 milhões. No ano passado, começaram os processos contra causadores de acidentes de trânsito. Agora, uma força-tarefa federal cuidará também de ações de vio-

lência doméstica. O projeto deverá ser estendido a todos os estados, por meio de parcerias com os Ministérios Públicos locais. Além da Secretaria de Políticas para Mulheres, já foram firmadas parcerias com as delegacias de Brasília e do Espírito Santo, para que sejam enviados casos de mulheres agredidas que tenham gerado pagamento de benefícios por parte do INSS.

A iniciativa terá início com a entrada, no Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região, em Brasília, de duas ações que já custaram R\$ 53 mil aos cofres públicos, com estimativa de ultrapassar R\$ 209 mil. Um dos casos, que teve a ação ajuizada ontem, é um homicídio ocorrido em 5 de fevereiro. O marido matou a mulher, deixando um filho de 3 anos. Até este mês, foram pagos R\$ 3.859 de pensão por morte à criança, que, em princípio, tem direito ao benefício até completar 21 anos. Nesse caso, o custo seria de R\$ 156 mil.

A outra ação, também ajuizada nesta terça-feira, cobrará do acusado de uma tentativa de homicídio ocorrida em setembro de 2009 os R\$ 49.160 pagos à ex-mulher, referentes a dois auxílios-doença.

A escolha da data para início das ações não foi aleatória: a Lei Maria da Penha, que pune quem comete violência doméstica, completou ontem seis anos. No último semestre, a quantidade de denúncias feitas à Central de Atendimento à Mulher aumentou cerca de 30%. De janeiro a junho de 2012, o serviço registrou 388.953 atendimentos, enquanto em 2011 foram 293.714.

**CONTINUA**



# GAZETA DO POVO

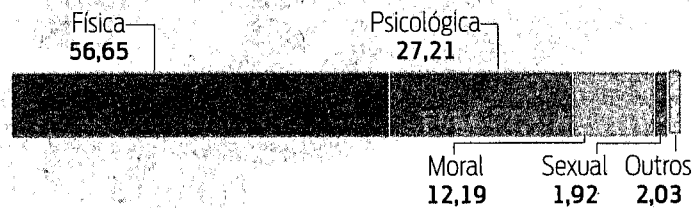
DENÚNCIAS

CONTINUAÇÃO

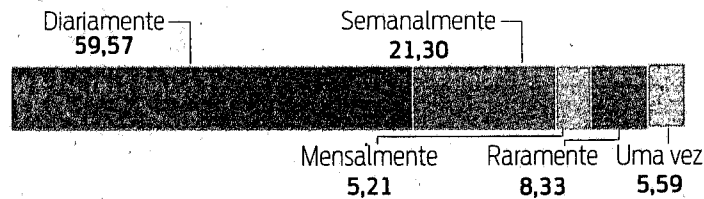
08 AGO 2012

No primeiro semestre de 2012, o 180 realizou 388.953 atendimentos. Mais da metade das mulheres que sofreram violência de janeiro a junho eram agredidas todos os dias.

## Tipo da violência



## Frequência



**Fonte:** Central de Atendimento à Mulher e Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. **Infografia:** Gazeta do Povo.

## MEDO CONSTANTE

### 59% das vítimas são agredidas diariamente

Dados divulgados ontem pela Secretaria de Políticas para as Mulheres revelam que 59,57% das mulheres que sofrem violência são agredidas todos os dias. Os números fazem parte de um balanço da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Conforme o levantamento, em 70% dos casos de violência doméstica o agressor é o marido ou companheiro. O estudo mostra que se forem considerados demais vínculos afetivos (como ex-marido e namorado), o percentual sobe para 89%. Ainda de acordo com os números, em 66% dos casos de agressão os filhos presenciaram a cena da agressão.

Conforme a secretaria, dos mais de 2 milhões de atendimentos registrados pela Central de Atendimento desde 2006 (data de início do funcionamento), 329.256 foram enquadrados na Lei Maria da Penha. Criada em 2005 pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Central é um serviço que presta "escuta" e "acolhida" às mulheres em situação de violência. O serviço funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive fins de semana e feriados.

08 AGO 2012

GAZETA DO POVO

# Violência contra gays começa em casa

Em 62% das denúncias de homofobia recebidas pelo governo federal em 2011, o agressor era uma pessoa conhecida da vítima

Bruna Maestri Walter

■ A violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) ocorre em casa e envolve agressores conhecidos das vítimas, como familiares, vizinhos e companheiros. São casos de humilhação, ameaça, hostilização, discriminação e agressão física. É o que revela o primeiro levantamento sobre violência homofóbica feito pelo governo federal a partir de denúncias recebidas em 2011, principalmente pelo Disque 100. No ano passado foram feitas 6.809 denúncias — o equivalente a 19 por dia. A estimativa, no entanto, é que o número seja ainda maior devido à subnotificação.

“A homofobia é estrutural no Brasil, assim como o machismo. Ela permeia toda a sociedade brasileira. Então o que temos de fazer de prevenção é um trabalho que perpassa toda a sociedade”, avalia o coordenador-geral de promoção dos direitos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Gustavo Bernardes. Ele acredita que muitas vezes a violência é motivada por medo daquele que é diferente.

Um dos dados da pesquisa que causou surpresa foi o fato

de que em 62% das denúncias as vítimas conheciam seus agressores. Para Bernardes, existem muitas famílias que expulsam os filhos que se assumem homossexuais e existe ainda o entendimento errôneo de que homossexualidade e orientação sexual podem ser corrigidos por meio de agressões. O levantamento aponta ainda que a maioria das vítimas e dos suspeitos de agressão tem de 15 a 29 anos.

O Brasil contabiliza uma taxa média de 3,5 violações a cada 100 mil habitantes. O índice chega a 4,1 no Paraná, que ocupa a nona posição entre os estados. “Vivemos ainda num estado e numa cidade [Curitiba] que têm uma cultura muito conservadora”, avalia Márcio Marins, coordenador de projetos da ONG Dom da Terra, que atua na defesa dos direitos LGBT. Ele lembra que, em 2009 e 2010, o estado esteve no topo da lista de registros de homicídios contra a população LGBT. No ano passado, caiu para o 6.º lugar. Em 2011, foram registrados 278 assassinatos no país relacionados à homofobia.

Para combater a violência, Marins aponta a necessidade de a homofobia ser reconhecida como crime, com lei aprovada, regulamentada e aplicada. A proposta está prevista no anteprojeto do novo Código Penal, que equipara a homofobia ao crime de racismo. O texto, elaborado por uma comissão de juristas, está sendo analisado pelo Congresso.

## Ações articuladas

Para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, os dados da pesquisa fornecem rumos às políticas públicas, que buscam conscientizar a população de que uma sociedade democrática precisa conviver com o diferente. O órgão tem firmado termos de cooperação com os estados para a criação de delegacias especializadas e de comitês estaduais para o enfrentamento da homofobia.

De acordo com o professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo Gustavo Venturi, o recrudescimento de ataques de natureza homofóbica é uma resposta aos avanços dos direitos da população LGBT, como o reconhecimento da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal. O pesquisador, coordenador de uma pesquisa que apontou em 2008 que quase metade dos brasileiros tem preconceito contra gays, observa uma mudança do quadro a médio prazo. “As gerações mais novas tendem a diminuir o preconceito. É algo gradual e que já vem acontecendo.”

**CONTINUA**

# 08 AGO 2012

## GAZETA DO POVO

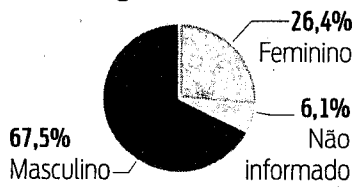
### CONTINUAÇÃO

#### IDENTIDADE

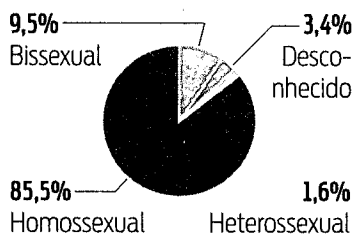
Veja o perfil das vítimas, de homofobia do país e dos suspeitos pela violência:

#### Vítimas

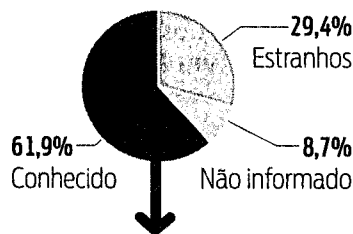
##### Sexo biológico



##### Orientação sexual



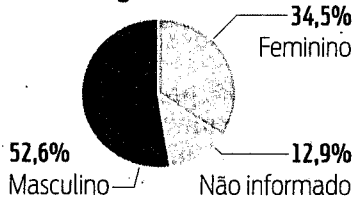
##### Relação com as vítimas



Familiar	38,2
Vizinho	35,8
Amigo	8,4
Companheiro(a)	11,6
Outros	5,8

#### Agressores

##### Sexo biológico



##### Principais violações (em %)

Psicológica	42,5
Discriminação	22,3
Violência física	15,9
Negligência	6,8
Sexual	4,9

#### No Paraná

##### Municípios com mais denúncias

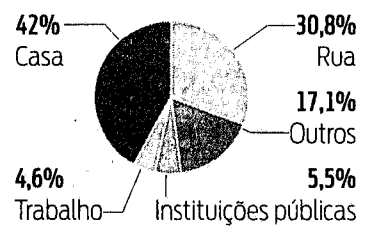
Curitiba	75
S. Isabel do Ivaí	53
Paranavaí	49
Porto Rico	40

#### Violações por estados

Taxa por 100 mil habitantes

Piauí	9,2
Distrito Federal	8,8
Ceará	5,6
Maranhão	5,4
Mato Grosso do Sul	4,5
Amazonas	4,4
Paraíba	4,4
Rio Grande do Norte	4,2
<b>Paraná</b>	<b>4,1</b>
Média nacional	3,5

#### Local de ocorrência



#### Meses com mais denúncias

Setembro	10
Outubro	14,8
Novembro	13,6
Dezembro	19,4

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

SURPRESA

**53 casos foram relatados em cidade do Noroeste paranaense**

**08 AGO 2012**

**SANTA ISABEL DO IVAÍ**

*Osmar Nunes,  
correspondente em Umuarama*

A pacata Santa Isabel do Ivaí, cidade de 8,5 mil habitantes no Noroeste do Paraná, se destaca negativamente no relatório nacional sobre violência homofóbica. De acordo com o estudo, 53 denúncias de violência contra a população LGBT foram feitas na cidade em 2011, a maioria por violência sexual. O índice é superior ao de capitais como João Pessoa-PB (43 denúncias), Goiânia-GO (29) e Cuiabá-MT (5).

O número causou surpresa em Santa Isabel. O promotor de Justiça da cidade, Adriano Miyoshi; o investigador da Polícia Civil Claudinei Fernandes; e a assistente social da Secretaria Municipal de Promoção Social Sandra Lorena da Silva Orlandini dizem que os números apresentados não condizem com a realidade do município, que tem o segundo pior índice do Paraná, atrás apenas de Curitiba, com 75 denúncias. Sandra lembra que no ano passado recebeu as informações com pedido de providências sobre as denúncias feitas à Secretaria dos Direitos Humanos, mas ela garante que as ocorrências não foram de moradores da cidade. "A gente quer saber a origem dessas denúncias para ir atrás e ver o que está acontecendo, para dar atendimento a esse pessoal, mas parece ser um número irreal. Temos a certeza de que não fomos omisso", diz.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

# 08 AGO 2012

## CONTRA O PRECONCEITO

Veja algumas orientações das Nações Unidas para combater a violência baseada na orientação sexual:

- » Os países devem investigar imediatamente todos os assassinatos relatados e outros incidentes graves de violência motivada por orientação sexual ou identidade de gênero do indivíduo.
- » Adotar medidas para pre-

venir a tortura e outras formas de crueldade. Investigar cuidadosamente todos os incidentes relatados, além de processar e responsabilizar os autores.

- » Assegurar que ninguém fujindo de perseguição em razão da orientação sexual ou identidade de gênero retorne a um território onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas.
- » Promover uma legislação antidiscriminação abrangente.

» Mudar leis discriminatórias, existentes em 76 países, que tratam as pessoas como criminosas com base na sua orientação sexual ou identidade de gênero.

- » Garantir que os indivíduos possam exercer seus direitos à liberdade de expressão em segurança, sem discriminação.
- » Implementar programas de formação e campanhas informativas.

## Novas delegacias terão espaço para atender vítimas

■ Como forma de combater a violência contra os homossexuais, o Paraná promete investir em espaços para o atendimento a essas vítimas dentro das futuras delegacias cidadãs, com a presença de psicólogos e assistentes sociais. A população LGBT e mulheres, por exemplo, terão um atendimento reservado e especializado nesses locais, segundo Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). O plano é iniciar as obras até o fim do ano, primeiramente em Curitiba. Está prevista a construção de 95 delegacias cidadãs em todo o estado até 2014.

A Sesp informa que integra o comitê que discute ações e políticas voltadas à população LGBT, tem uma proximidade com a Secretaria de Direitos Humanos e estimula os policiais a fazer capacitações na área. Com relação às estatísticas do estado, que não especificam crimes de homofobia, o órgão diz que o sistema de cadastro no Boletim de Ocorrências Unificado se baseia na legislação penal e, por isso, não tipifica a natureza da ocorrência como "homofobia".

Isso ocorre somente quando a pessoa relata ter sido alvo de violência homofóbica. Em 2011, no Paraná, o sistema computou 12 ocorrências cuja motivação da agressão (física ou moral) foi a orientação sexual da vítima.

## ONG presta ajuda a agredidos

O coordenador de projetos da ONG Dom da Terra, **Márcio Marins (foto)**, desenvolve um trabalho de combate à violência homofóbica em Curitiba e região. Ele e sua equipe atuam na articulação política para a garantia dos direitos da população LGBT, fornecem assessoria jurídica e psicológica, e atendem vítimas de violência e discriminação, situação que Marins já vivenciou no passado. No dia 11 de março de 2006, ele e o companheiro foram espancados por cinco pessoas quando saíram da sede da ONG, no Centro da capital. As investigações policiais apontaram que os agressores estavam ligados a grupos de skinheads. O companheiro de Marins ficou internado devido às fortes pancadas. "Ele tem cefaleia pós-traumática até hoje, dores de cabeça decorrentes das fortes pancadas na ocasião", lembra Marins.

# GAZETA DO POVO

BESSA

08 AGO 2012

## Trabalho reconhecido

A desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão, presidente do TRT-PR, é uma das contempladas com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, grau Grande Oficial, que será entregue hoje, em Brasília, pelo Tribunal Superior do Trabalho. Entre os homenageados estão a presidente Dilma Rousseff e a cantora Ivete Sangalo.

BESSA

## É com você, Lombardi

O advogado, professor e escritor curitibano Marcello Lombardi é o convidado especial da Semana do Advogado e da Feira Jurídica da OAB, que começa nesta quarta-feira, na sede da entidade. Ele dará a palestra "Argumentação Persuasiva", na qual apresenta técnicas para aprimorar o desempenho profissional de advogados, tema também abordado em seu livro *Audiência – Técnica e Arte*, que será lançado nos próximos dias.

## COLUNA DO LEITOR

### Julgamento do mensalão

A população brasileira espera que o STF faça com que o julgamento do mensalão se torne o marco de um novo Brasil, de um país onde se punem criminosos de colarinhos brancos. Esse é o momento para passar a limpo a nossa história política, ou tudo não passará de uma tremenda enrolação para enganar mais uma vez os que ainda acreditam em honestidade, responsabilidade e amor ao próximo.

**Dulcelina Aparecida Messias**

### Justiça determina CPI para apurar suposta propina em Cascavel

■ A Câmara de Cascavel, no Oeste do Paraná, terá que instalar uma CPI para investigar o suposto pagamento de propina por parte de uma empresa ao prefeito Edgar Bueno (PDT) e ao secretário de Obras, Paulo Gorski. A decisão da juíza Gabrielle Brito de Oliveira concedeu liminar para os vereadores Otto dos Reis Filho (PSDB) e Paulo Tonin (PP). Cinco vereadores – um terço da Câmara – assinaram o pedido de abertura da CPI, mínimo necessário para a instalação. Mas, em junho, o presidente da Câmara, Marcos Sotile Damasceno (PDT), sobrinho do prefeito, alegou que todo pedido de CPI precisa ser votado em plenário. E o requerimento foi vetado pela maioria. Tonin e Reis entraram então na Justiça. Damasceno disse ontem que ainda não havia sido notificado da decisão judicial.

## Novilíngua petista

Advogados do PT querem estatizar o vocabulário, pedindo que a imprensa deixe de usar o termo “mensalão”

**A**dvogados petistas tiveram uma ideia luminosa: querem banir da imprensa o uso da palavra que melhor define o indementível episódio de operações financeiras suspeitas que irrigaram esquemas de compra de apoios parlamentares e custeio de campanhas de partidos em 2005, supostamente patrocinados pelo PT e por militantes que integravam o governo Lula. Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, se depender dos advogados, a consagrada palavra “mensalão” seria censurada para uso na imprensa e substituída pela burocrática expressão “Ação Penal 470”. Eles querem, primeiro, convencer as direções dos veículos de comunicação a “higienizar” seu vocabulário, mas não descartam ir à Justiça para impor seu vocabulário, diz Marco Aurélio de Carvalho, coordenador jurídico do PT.

Na argumentação dos advogados, o termo “mensalão”, além de seu caráter pejorativo, guardaria também, intrinsecamente, um juízo de valor que lembra crime e *a priori* condena seus clientes. O PT, assim, seria o pioneiro da implantação da novilíngua, o idioma criado por George Orwell no romance *1984*, em que palavras eram suprimidas de modo que uma ideia “deixaria de existir” se as pessoas não pudessem se referir a ela. Como o ex-presidente Lula vive repetindo que o mensalão não existiu, por que não tentar apagar o termo da cobertura da imprensa?

Não é a primeira vez que envolvidos no mensalão se valem de subterfúgios e eufemismos para designar os delitos pelos quais são julgados agora no Supremo Tribunal Federal. O crime de caixa dois, por exemplo, passou a ser designado como “recursos não contabilizados” — como se isto fosse suficiente para mudar a natureza delituosa dos fatos e contribuísse para diminuir a culpa de seus autores.

Da mesma forma, censurar a imprensa para obrigá-la a denominar de “Ação Penal 470” o que todos sabem ser o mensalão — contenha ou não esta palavra algum juízo de valor — em nada vai mudar o resultado do julgamento a que se dedicam os ministros do STF. Aos juízes não interessará o modo como a imprensa ou a opinião pública se referem à questão, até porque já passamos sete anos ouvindo o termo ininterruptamente. Interessa aos magistrados tão-somente o que está contido nos autos da Ação Penal 470 para emitir seus votos.

O que sobra, portanto, da esdrúxula proposta dos advogados é simplesmente sua absurda tentativa de censurar a imprensa, impondo-lhe uma regra que não encontra o mínimo respaldo legal. A proposta lembra muito aquela história do bode na sala. Se as pessoas se sentem infelizes, coloque-se entre elas o malcheiroso animal. A felicidade e o bem-estar imediatamente voltarão a reinar no ambiente quando o bode for retirado. Os advogados petistas querem retirar do ambiente público a malcheirosa palavra “mensalão” como se, assim o fazendo, os juízes se sentissem mais dispostos à benevolência.

**CONTINUA**

08 AGO 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

O episódio remete a velhas tentativas de falsear a história, como aquela protagonizada por Lenin, nos primórdios da Revolução Russa de 1917 — para se livrar a presença incômoda de Trotski, mandou aplicar um primitivo “Photoshop” para fazer desaparecer das fotos a figura do defeto. Mas apagá-lo das fotografias não foi suficiente; mais eficaz foi a ordem de Stalin: dar cabo de sua vida a machadadas durante o exílio no México.

No entanto, não há “Photoshop” que apague da memória nacional aquele que foi o momento que deu início à história do mensalão: o filme que flagrou o diretor dos Correios embolsando uma propina. Já a machadinha dos advogados do PT muito provavelmente errará o alvo: mais provável é que, no futuro próximo, o mensalão chegue até mesmo aos dicionários.



➤ JUSTIÇA

## MP pede a devolução de R\$ 5 milhões da “farra da diárias”

O Ministério Público Estadual (MP) propôs na segunda-feira uma ação civil pública contra nove vereadores e onze funcionários da Câmara de São Miguel do Iguaçu, no Oeste do Paraná. Eles são investigados pelo uso irregular de verba destinada ao pagamento de viagens e hospedagens. Segundo o MP, os danos causados ao patrimônio chegariam a cerca de R\$ 5 milhões no município.

Na ação, o MP requisita à Justiça o ressarcimento do valor gasto aos cofres públicos, a indisponibilidade de bens e condenação dos acusados por ato de improbidade administrativa. O Ministério Público ainda pede o afastamento temporário dos vereadores envolvidos nas investigações até o término da ação e a anulação de todos os atos que concederam as diárias.

Segundo o promotor de Justiça Eduardo Labruna Daiha, foi constatado, após a abertura de inquérito civil, que os vereadores receberam verbas indevidas para o pagamento de viagens para cidades do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e para o Distrito Federal.

# 08 AGO 2012

## GAZETA DO POVO

O pedido do MP foi feito com base em investigações do Tribunal de Contas do Paraná (TC) mostradas em reportagens da *Gazeta do Povo* de janeiro deste ano. As matérias revelaram a “farra das diárias” em câmaras municipais do Paraná.

Segundo as reportagens, vereadores e funcionários públicos recebiam verbas para o pagamento de viagens e estadas em cidades do Paraná e outros estados. Há casos em que os vereadores viajavam todo mês, com preferência por cidades turísticas. A suspeita é de que os gastos seriam uma forma de aumentar os ganhos dos parlamentares.

Dados do TC mostram que em 24 cidades de pequeno e médio porte os vereadores gastaram, apenas em 2011, R\$ 3,5 milhões. São Miguel do Iguaçu foi a terceira cidade com mais gastos em diárias pagas a vereadores e funcionários, com R\$ 225 mil ao ano. Em primeiro lugar aparece Quatro Barras (com R\$ 268 mil) e Guaratuba (R\$ 261 mil gastos).

ONDE FICA



R\$ 3,5 MILHÕES

foram gastos em 2011 com diárias de viagem por um grupo de 24 câmaras de pequenas cidades do Paraná.

08 AGO 2012

# GAZETA DO POVO

» TIAGO RECCHIA

E COMO É  
QUE VOCÊ  
TEM TEMPO  
DE USUFRUIR  
DE TODA  
ESTA RIQUEZA  
QUE VOCÊ  
CONSTRUIU?

HABEAS  
CORPUS.



**08 AGO 2012**

## **TRIBUNA DO PARANÁ**

### **Cobrança de agressor**

Procuradores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ajuizam ontem no Tribunal Regional Federal em Brasília as duas primeiras ações regressivas para tentar reaver de agressores de mulheres os valores gastos com auxílio-doença e pensão por morte a familiares de uma das vítimas. Os dois casos foram encaminhados ao INSS pela Delegacia de Atendimento à Mulher do Distrito Federal (Deam).

Em um deles, uma moradora do Riacho Fundo, cidade a 18 quilômetros do centro de Brasília, foi morta pelo marido no início deste ano. O agressor confessou o crime. Como o casal vivia em união estável, o INSS estima que vai gastar cerca de R\$ 156 mil com o pagamento de pensão por morte ao filho da vítima até ele completar 21 anos. O menino atualmente tem três anos e começou a receber o benefício em fevereiro.

No segundo caso, uma moradora de Taguatinga (DF), foi agredida pelo companheiro em 2009. O casal estava se separando na época do crime, e o agressor foi condenado a mais de 13 anos de reclusão por tentativa de homicídio. O INSS constatou que a vítima conseguiu receber auxílio-doença por 17 meses e vai cobrar do agressor o total gasto com o benefício, R\$ 49 mil.

De acordo com o INSS, oito mil denúncias de violência doméstica estão sendo analisadas. Desde de 2011, o INSS também cobra prejuízos dos motoristas que provocaram acidentes de trânsito com vítimas.

## **CNJ mantém suspensão de promoções no TJRS**

07/08/2012 - 06h40

# **CNJ**

Gláucio Dettmar/Agência CNJ

# **08 AGO 2012**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirmou liminar concedida pelo Conselheiro Jorge Hélio Chaves de Oliveira que suspendeu a promoção de juízes ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS). A decisão foi adotada pelos conselheiros na 151ª sessão ordinária, na última semana, após avaliação dos autos do Procedimento de Controle Administrativo (PCA) n. 449597.

Para o Conselheiro Jorge Hélio, há indícios de ofensa à Constituição no fato de o TJRS ter estabelecido uma “margem de segurança” na pontuação para escolha do magistrado a ser promovido. Além disso, os critérios permitiam ao presidente do TJRS a escolha discricionária do nome da lista tríplice.

O processo de escolha privilegiou os juízes mais antigos, embora a promoção fosse por merecimento. “Parece claro que se estabeleceu um verdadeiro sistema redundante de proteção dos magistrados mais antigos para fins de promoção por merecimento”, disse o conselheiro.

*Gilson Luiz Euzébio*  
*Agência CNJ de Notícias*

## CNJ e TJSP se unem pela melhoria do Judiciário, afirma Ministra Eliana Calmon

07/08/2012 - 06h20

# CNJ

# 08 AGO 2012

Luiz Silveira/Agência CNJ

A Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon, afirmou nesta segunda-feira (6/8) que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) trabalham em conjunto para o aprimoramento do Judiciário brasileiro. “Estamos todos unidos em torno da melhoria da Justiça. Temos hoje um tribunal aberto, que dá o primeiro passo para a modernização e a transparência, mostrando o que existe na administração”, afirmou a ministra ao abrir a inspeção.

Para a corregedora, a inspeção no TJSP – 25ª realizada pela Corregedoria Nacional – é simbólica, por se tratar do maior tribunal do País, em que estão concentrados 23 milhões de processos. “Administramos para nossos jurisdicionados, é para eles que devemos prestar contas. Se a Justiça de São Paulo não for bem, podemos dizer que o Judiciário brasileiro não vai bem, por isso nosso interesse em contribuir com seu aprimoramento”, frisou a ministra.

**Inspeção** – Até o final desta semana, uma equipe de juízes auxiliares e servidores da Corregedoria Nacional vai inspecionar as folhas de pagamento do TJSP e os contratos administrativos. Além disso, também serão inspecionados o setor de precatórios e o dos processos administrativos disciplinares, entre outros setores.

Segundo a corregedora, esta é a primeira de três etapas de inspeção. As próximas serão conduzidas pelo seu sucessor na Corregedoria Nacional de Justiça, Ministro Francisco Falcão, que assume o cargo no início de setembro. “Vamos examinar as coisas que estão certas e erradas; como não terei tempo de fazer tudo, começarei pelas folhas de pagamento e pelos precatórios”, destacou a ministra.

**Análise** – Ela explicou que os trabalhos vão partir dos dados fornecidos pelo TJSP, já que o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não julgou o mandado de segurança que resultou na suspensão da análise iniciada no final do ano passado com base em dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

“Para nós é uma tranquilidade receber a inspeção da Corregedoria Nacional e contar com a experiência do CNJ, que poderá nos trazer novos caminhos e ideias”, afirmou o presidente do TJSP, Ivan Sartori. Segundo ele, hoje não há mais resistência dos desembargadores em relação ao CNJ, e existe um entendimento na Corte de que a avaliação isenta do CNJ vai auxiliar o TJSP a sanar o quanto antes as dificuldades enfrentadas.

*Mariana Braga*  
*Agência CNJ de Notícias*

## Iniciativas ajudam a prevenir violência doméstica

07/08/2012 - 06h00

# 08 AGO 2012

Prevenir tem sido a palavra de ordem para muitos magistrados que atuam em causas envolvendo a violência contra a mulher. Exemplo disso é uma campanha iniciada por Olivia Ribeiro, Juíza Titular da Vara de Violência Doméstica e Familiar de Rio Branco, no Acre. No ano passado, a magistrada mapeou as regiões de seu estado com alto índice de agressões. E, a partir daí, planejou uma série de atividades para chamar a atenção para o problema.

A primeira delas foi a realização, em março último, de uma cicletea. Mais de 600 pessoas – entre cidadãos e magistrados – participaram do circuito, que envolveu as sedes do Tribunal de Justiça, da Delegacia da Mulher e do Governo do Estado. Olivia deu sequência ao projeto com visitas a escolas, onde realiza palestras nas quais aborda questões como patriarcalismo, machismo e a história dos movimentos no Brasil, até a edição da Lei Maria da Penha.

Desde março, a magistrada foi a 16 escolas. As palestras destinam-se aos alunos, mas são abertas à comunidade em geral. A juíza aproveita essas ocasiões para divulgar o concurso que criou de redação e frases contra a violência doméstica. As escolas que participam da iniciativa terão de escolher os três vencedores e enviar os trabalhos para a magistrada até o fim de agosto.

“Vou unir todos os envelopes e encaminhar para a Academia Acreana de Letras, que vai selecionar o primeiro, segundo e terceiro colocados das redações e frases”, explicou. A ideia, de acordo com Olivia, é premiar os vencedores do concurso em uma conferência sobre a Lei Maria da Penha que a magistrada pretende organizar até novembro.

Olivia ainda tem outras ideias para disseminar a Lei Maria da Penha. Uma delas é criar uma vara da violência doméstica e familiar itinerante. “Temos constatado que há um número significativo de audiência em que as partes não têm dinheiro para se deslocar para o fórum. Minha ideia é basear essa vara itinerante em uma escola e proporcionar atendimento pela Defensoria Pública e equipe multidisciplinar”, planeja.

**Escolas** – Outro exemplo de projeto que visa a prevenir a violência contra a mulher é o Maria Vai à Escola, criado em 8 de maio último – Dia Internacional da Mulher – pelo Juiz Nelson Melo, da 1ª Vara Especial da Mulher do Maranhão. A iniciativa consiste em visitar colégios da rede pública de ensino e realizar palestras para os estudantes sobre a Lei Maria da Penha.

Melo conta que as palestras se destinam aos alunos a partir do último ano do ensino fundamental até o médio. Nessas ocasiões, são debatidas questões como igualdade de gênero e respeito às mulheres. De acordo com o juiz, as escolas visitadas geralmente são as das regiões que registram o maior índice de violência contra a mulher. A ideia é formar multiplicadores. “Nossa expectativa é que os próprios adolescentes estimulem a cultura da não violência no âmbito familiar e doméstico e que eles mesmos multipliquem as formas de prevenção”, afirmou o magistrado.

*Giselle Souza*  
*Agência CNJ de Notícias*

## Alunos aprendem sobre o Poder Judiciário

06/08/2012 - 12h10

# CNJ 08 AGO 2012

Utilizando brincadeiras e vocabulário simples, as juízas Helena Maria Bezerra Ramos e Célia Regina Vidotti (na foto) conversaram nesta quarta-feira (1º de agosto) com adolescentes de 11 a 15 anos sobre os Três Poderes. Esses jovens são alunos que cursam o 6º ano A e B da Escola Municipal Maximiano Arcaño da Cruz, localizada no bairro Santa Laura, em Cuiabá, e que receberam o Projeto Poder Judiciário na Escola, desenvolvido com o objetivo de levar o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do sistema judicial aos alunos das escolas municipais e estaduais.

A juíza Helena Maria (na foto) atualmente atua como auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e é coordenadora do projeto. Já a juíza Célia Vidotti atua como juíza auxiliar da Segunda Vara de Família e Sucessões da Comarca de Cuiabá.

Todos os alunos já tinham lido e trabalhado em sala, juntamente com os professores, a cartilha Justiça em Quadrinhos e a publicação Brazilzinho, que, respectivamente, conta de maneira didática e com linguagem simples o funcionamento da Justiça e trata sobre questões de cidadania. Os alunos receberam bem o material e se interessaram pelo assunto. Eu complementei contando a eles que na época em que eu estudei os professores nem sequer falavam sobre isso. Hoje eles têm a oportunidade de ouvir da própria juíza que existem direitos e deveres e quais são eles. Cidadania? A gente nem sabia o que era, assim como não conhecia direitos humanos e nem do consumidor, explica a professora unidoscente Sueli Porto Silva Fernando.

Da mesma forma pensa a professora unidoscente do 6º ano B, Raquel Cristina Deuner, 12 anos de profissão. Em todo o meu tempo de trabalho eu não tinha visto uma campanha para explicar a alunos tão jovens sobre os Três Poderes. O projeto é único e surpreendente e traz um material lúdico que estimula as perguntas e o gosto pelo tema, explica a profissional. Ela afirma ainda que para que os alunos entendessem melhor, o assunto foi trabalhado interdisciplinarmente em história e geografia, três vezes por semana.

As apresentações das palestras aos alunos também foi avaliada positivamente pela diretora da escola, Francisca Luzia Pereira da Silva, que ressaltou ainda que o projeto, além de explicar sobre assuntos importantes, quebra também um grande tabu - que juízes são pessoas poderosas que não podem ser acessadas. O projeto colabora pedagogicamente com o aprendizado dos alunos e enriquece muito mais as aulas. Por conta disso eu pedi que todos fizessem anotações, pois eles serão multiplicadores dentro da escola, relata Francisca.

Os alunos Lucas Fernandes, 13 anos, e Ester Vitória Lopes da Silva, 11 anos, ambos da 6ª série, leram a cartilha e gostaram. Com a cartilha foi possível aprender sobre os poderes e também sobre o que fazem os juízes, os vereadores, os senadores e ver que um faz um trabalho diferente do outro, avalia Lucas. Já Ester Silva assinala que a parte que ela mais gostou da palestra e da cartilha foi saber que a Lei existe para ser aplicada, mas uma briga também pode ser resolvida conforme a consciência do juiz. Por

**CONTINUA**

# CONTINUAÇÃO CNJ 08 AGO 2012

exemplo, se os pais se separam, mesmo que o pai tenha mais dinheiro, se a mãe for boa, o juiz pode deixar a criança com ela, destaca a aluna.

O Projeto Poder Judiciário na Escola integra a Meta 4/2011 do Conselho Nacional de Justiça, que determina o desenvolvimento de um projeto de relacionamento sobre o funcionamento do Poder Judiciário ao público. Apesar de a meta ser do ano passado, ela é perene e sua aplicação em Mato Grosso prioriza as escolas municipais. Além da escola Maximiano Arcaño, as escolas Francisco Pedroso da Silva e Floriano Bocheneki também serão contempladas.

*Do TJMT*

*Agência CNJ de Notícias*



# CONJUR 08 AGO 2012

## Juristas não querem legalização de aborto e eutanásia

Na tentativa de evitar a legalização do aborto e da eutanásia pelo Senado, um grupo de juristas católicos se reuniu, na semana passada, com o senador José Sarney (PMDB-AP) para pedir mudanças no anteprojeto do Código Penal que tramita na Casa. Elaborado por uma comissão de juristas, o anteprojeto autoriza o aborto até a 12ª semana de gestação e descriminaliza a eutanásia em casos de "laços de afeição" com o doente.

O jurista **Ives Gandra Martins**, presidente da União de Juristas Católicos de São Paulo, disse que o grupo discorda das mudanças. "Viemos falar da nossa posição contrária ao aborto", afirmou ele. O grupo também é contra a descriminalização do plantio e porte da maconha, como previsto na reforma do Código Penal elaborada pelo grupo de juristas. Hoje, o consumo da droga não é crime. Pelo anteprojeto, fica legalizada a compra, plantio, guardar ou portar qualquer tipo de droga para consumo próprio — desde que o consumo não ocorra próximo a crianças.

Gandra disse que a Holanda, país que permite o consumo da maconha em lugares específicos e legalizou a eutanásia, já admite voltar atrás em suas posições. "Gostaríamos que o Senado refletisse sobre isso", disse.

A reforma do Código Penal começa a tramitar em breve pela comissão especial do Senado que vai examinar o anteprojeto elaborado pelos juristas durante sete meses. Depois de passar pela comissão, segue para a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e para o plenário da Casa.

Revista **Consultor Jurídico**, 7 de agosto de 2012